



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

MARIA DA LUZ RODRIGUES SALGUEIRO

**RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: A EVOLUÇÃO DO
PENSAMENTO DA IGREJA A PARTIR DO CONCÍLIO
VATICANO II**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada sob
orientação de:**

Prof. Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga

2015

INDICE

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA ESCOLA-FAMÍLIA....	6
1. Enquadramento ético-legal	6
2. Contextualização teórica.....	10
<i>2.1.Os intervenientes educativos: o papel-função da família.....</i>	11
<i>2.2.Conceito, modelos e funções da família.....</i>	11
2.2.1. Conceito de família.....	12
2.2.2. Modelos de família.....	12
2.3.3. Funções da família.....	13
<i>2.3.A escola como comunidade educativa.....</i>	13
<i>2.4.A escola como organização.....</i>	16
2.4.1.Os intervenientes educativos: conceitos e formas de participação.....	17
2.4.2. A participação dos intervenientes na educação.....	18
<i>2.5.Competências e funções do diretor de turma.....</i>	21
<i>2.6.A família e a sua relação com a escola.....</i>	23

CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS DA IGREJA..... 35

1. O que nos diz o Concílio Vaticano II.....35

2. A família nos discursos do Papa João Paulo II..... 38

3. Documentos da Sagrada Congregação para a Educação Católica..42

**CAPITULO III – A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA E DIDÁTICA EM CONTEXTO
ESCOLAR.....50**

1. Educação Moral e Religiosa Católica e a educação integral..... 50

2. Conceção e conceptualização da unidade letiva..... 51

3. Apresentação da Escola.....54

4. Caraterização da Turma de Estágio..... 55

5. Planificação da unidade letiva “A família, comunidade de amor”56

6. Início da Unidade Letiva..... 57

7. Avaliação..... 71

CONCLUSÃO.....75

BIBLIOGRAFIA..... 76

ANEXOS..... 80

INTRODUÇÃO

Como é genericamente reconhecido, educar crianças e jovens não é tarefa fácil para pais, encarregados de educação, professores e outros agentes educativos, configurando um trabalho nobre e sublime. Com efeito esta importante tarefa não se resume a encerrá-los numa Escola ou Jardim de Infância, imputando todas as responsabilidades a estas instituições pela sua formação como alunos e como cidadãos. Para além disso, esta função não pode nem deve restringir-se a uma mera e impessoal transmissão de saberes constantes dos manuais escolares.

Um verdadeiro projeto educativo tem forçosamente de envolver muitas outras vertentes, e, constituir-se como a conjugação de múltiplos e variados esforços, e, como resultado final do empenho e da motivação de cada um dos intervenientes.

Num passado não muito longínquo, a escola era vista como um espaço fechado e isolado da sociedade, com uma reduzidíssima interação com a comunidade envolvente. Entendia-se que a sua função se deveria limitar ao clássico ensino das primeiras letras (leitura e escrita) e às noções aritméticas básicas (contagem e operações elementares). Neste contexto, a Escola limitar-se-ia a informar os pais/encarregados de educação sobre os resultados escolares e o comportamento dos seus educandos, limitando-se aqueles a justificar as faltas e a aplicar os “castigos” quando entendido necessário, constatando-se uma quase total segregação das funções da Escola e da família.

A massificação e a democratização do ensino acarretaram novas responsabilidades, considerando que uma das funções essenciais de uma escola de massas é a de promover o sucesso educativo dos alunos, que se concretiza entre outras ações, através da necessária cooperação, interação e concertação entre todos os intervenientes na função educativa.

Na sociedade moderna, os máximos responsáveis pela educação das crianças e jovens são como se sabe a família e a Escola, cada uma com as suas responsabilidades específicas, competindo genericamente à segunda completar as funções da primeira.

Neste contexto, para que a criança/jovem atinja o pleno sucesso educativo, torna-se necessária uma grande cooperação, articulação e cumplicidade entre as duas instituições.

Para que se estabeleça esse indispensável intercâmbio Escola-família, é condição necessária que as escolas fomentem e incentivem um alto grau de participação dos pais e encarregados de educação na vida e na organização das mesmas.

Em ordem a comprovar a importância deste tema, será de referir que a própria Igreja, tem desde o Concílio Vaticano II abordado esta questão, nomeadamente através das suas Encíclicas “*Gravissimum Educationes*” e “*Familiaris Consortio*”, esta última publicada pelo Papa João Paulo II, sem esquecer as preocupações evidenciadas pelo Papa João XXIII sobre a juventude católica. Para além disso, este desprezioso trabalho procurará fazer uma abordagem da vária documentação produzida pela Sagrada Congregação para a Educação Católica.

Para finalizar, será apresentada uma breve contextualização da Unidade Letiva “A Família-Comunidade de Amor” no programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, seguindo-se como é normal neste tipo de trabalhos a extração das conclusões mais importantes, limitando-se o último ponto, como também é normal, a relacionar toda a bibliografia consultada.

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA ESCOLA-FAMÍLIA

1. Enquadramento Ético-legal

A transcendente importância da educação na formação do Ser Humano, está bem evidenciada no facto de vários Organismos Internacionais, Organismos Religiosos e os próprios Estados de todo o Mundo se preocuparem com esta problemática.

Neste contexto se enquadra a preocupação da própria Organização das Nações Unidas (ONU), cuja Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada pela sua Assembleia Geral em 10 de Dezembro de 1948, dispõe no nº 1 do seu artigo 26º que todos os cidadãos têm direito à educação, e, que esta deve ser gratuita e obrigatória, nomeadamente a correspondente ao ensino elementar. Igualmente dispõe que o ensino técnico e profissional deve ser generalizado, e que o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos, em plena igualdade e em função do mérito de cada um. O nº 2 do mesmo artigo, refere que a educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, devendo favorecer a tolerância e a amizade entre as Nações e os Povos. Finalmente, o seu nº 3 dispõe que o direito de escolher o género de educação a dar aos filhos pertence aos pais¹.

No mesmo sentido aponta a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que refere que o superior interesse da criança será sempre o princípio básico que deve nortear os responsáveis pela sua educação e orientação, sendo que esta responsabilidade cabe em primeiro lugar aos pais².

Igualmente neste sentido, e, por razões óbvias, aponta também a Declaração de Educação Cristã do Concílio Vaticano II, ao afirmar que «é aos pais que cabe a séria obrigação de educar os seus filhos e acompanhar o seu crescimento, sendo por isso necessariamente reconhecidos como os primeiros e principais educadores dos seus filhos»³.

¹ Declaração Universal dos Direitos do Homem - Artº 26º.

² Declaração Universal dos Direitos da Criança.

³ Declaração de Educação Cristã do Concílio Vaticano II.

Nesta conformidade, a Constituição da República Portuguesa dispõe no nº 5 do seu artigo 36º, que os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos.⁴ Igualmente o nº 1 do seu artigo 67º considera que a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção do Estado, e, à criação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros, acrescentando o nº 2 deste artigo, que incumbe ao Estado cooperar com a educação dos filhos⁵.

Como consequência lógica do anteriormente exposto, a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei nº 46/86 de 14 de Outubro, atribui à família um papel fundamental e ativo no processo educativo, estabelecendo o nº 2 do seu artigo 43º que o sistema educativo deve ser dotado de estruturas que assegurem a interligação da Escola com a comunidade envolvente, fomentando a participação das famílias, dos professores, dos alunos, das autarquias e de outros agentes educativos⁶. No mesmo sentido aponta o nº 2 do seu artigo 45º, que determina que a gestão e a administração do Sistema se devem orientar pelos sãos princípios de democraticidade e de participação de todos os envolvidos no processo educativo⁷.

No mesmo sentido aponta a Lei nº 30/2002 de 20 de Dezembro, que aprovou o Estatuto do aluno do Ensino Básico e Secundário, e que no nº 3 do seu artigo 4º, alterado pela Lei nº 3/2008 de 18 de Janeiro, refere que a comunidade educativa integra entre outros, os pais e encarregados de educação e que estes têm um papel especial reconhecido no artº 6º desta Lei⁸, podendo mesmo, nos termos do seu artigo 51º, intervir em questões de âmbito disciplinar⁹.

O próprio Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário aprovado pelo Decreto Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, prevê e regula o direito de participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola, entre outros nos seus artigos 3º, 4º, 47º, 48º e 60º¹⁰.

Neste contexto, e, face às considerações anteriormente desenvolvidas, facilmente se constata que:

⁴ Constituição da República Portuguesa – Artº 36º.

⁵ Cf. *Ibidem*, Artº 67º.

⁶ Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº 46/86 de 14.10 – Artº 43º.

⁷ Cf. *Ibidem*, Artº 45º.

⁸ Estatuto do aluno do ensino básico e secundário – Lei nº30/2002 de de 20.12 – Artº 4º.

⁹ Cf. *Ibidem*, Artº 51º.

¹⁰ Decreto-Lei nº 75/2008 de 22.04 – Artºs. 3º, 4º, 47º, 48º e 60º.

- Os pais são aqueles que mais interesse têm na educação e no desenvolvimento dos seus filhos, pois, salvo casos aberrantes e monstruosos, aqueles são naturalmente os que mais afeto dedicam aos seus filhos;
- A sociedade e a legislação vigente atribuem à escola e à família grandes responsabilidades no que concerne à educação e à formação da criança e dos jovens;
- A mais ou menos estreita relação escola-família, é potenciadora de sucesso ou insucesso escolar.

Apesar das extraordinárias responsabilidades atribuídas à escola e às famílias, e, mesmo tendo em consideração tudo o que anteriormente foi exposto, a experiência tem-nos demonstrado que:

- Há uma evidente falta de diálogo entre a escola e as famílias, sendo reduzido o grau de participação destas. Os pais/encarregados de educação raramente comparecem na escola, e, quando a ela se deslocam é normalmente por pura obrigação;
- À medida que os filhos vão crescendo, os pais/encarregados de educação vão-se afastando da escola, limitando-se normalmente o seu envolvimento numa fase mais avançada dos 2º e 3º ciclos, à mera troca de informações relacionadas com o comportamento do aluno e com os resultados das avaliações no final dos períodos;
- Como está sociologicamente demonstrado, e, como seria facilmente previsível, os pais/encarregados de educação pertencentes às classes sociais de mais baixos níveis culturais e de menores recursos económicos contactam menos os diretores de turma e a própria escola¹¹.

Face ao exposto, poder-se-ia proceder a uma análise sobre as causas que poderão estar subjacentes a esta realidade. Nesta conformidade, poderemos destacar entre outras, as seguintes:

- Horário de atendimento dos pais/encarregados de educação desajustados da realidade social portuguesa, por vezes coincidente com o período laboral dos mesmos;
- Reduzidas ou nulas expectativas das famílias em relação à escola, nomeadamente nas de mais baixa condição económico-social e cultural;
- Na esmagadora maioria dos casos, os contactos da escola com os pais/encarregados de educação, servem quase só para transmitir aspetos negativos relacionados com o processo de ensino/aprendizagem, raramente evidenciando os aspetos positivos relacionados com o mesmo;

¹¹ Cf. Ramiro MARQUES, *A escola e os Pais, Como Colaborar*, Texto Editora, Lisboa, 1994⁵, 15-21.

- Os contactos esporádicos que os pais/encarregados de educação têm com a escola, não são motivadores em ordem a estabelecer ligações e interação com ela, sendo que para além disso, os mesmos, na esmagadora maioria dos casos, não se consideram parte interessada neste processo;
- As graves desigualdades existentes na sociedade portuguesa, e, as grandes diferenças sociais, económicas e culturais entre as famílias portuguesas, agravadas pela atual crise económica e financeira que o país atravessa, potenciam o alheamento que se verifica entre estas e a escola, nomeadamente no que se refere às famílias desestruturadas e às famílias de mais baixa condição económica, social e cultural;
- Desconhecimento quase total dos pais/encarregados de educação dos direitos que assistem à família, e, da legislação que regulamenta a sua intervenção¹².

Com efeito, as escolas e as famílias dos alunos parece não terem ainda encontrado o tempo certo, o espaço de entendimento e a necessária linguagem comum, para que o diálogo entre elas flua com toda a naturalidade, se torne possível e frutuoso.

As grandes dificuldades que se colocam no envolvimento das famílias na vida escolar dos seus educandos e na própria vida da escola, é um dos grandes problemas que as escolas de uma maneira geral têm de enfrentar e tentar resolver¹³.

Face a esta constatação, algumas questões pertinentes se poderiam colocar, tais como:

- Quem são os verdadeiros responsáveis pelo alheamento dos pais/encarregados de educação da vida da escola?
- Qual é o real e efetivo contributo da escola para que todos participem na vida escolar?
- Quais as reais expectativas das famílias dos alunos em relação à escola e ao conhecimento? E estas serão idênticas para todos?
- Os pais/encarregados de educação conhecem a realidade e o funcionamento da escola?
- O próprio ambiente da escola proporciona o envolvimento deles?

Tendo em consideração o baixíssimo sentido de cidadania, conjugado com a pouco apurada consciência cívica dos portugueses, torna-se absolutamente evidente que a participação da família na vida e na organização da escola, não tem tradição no Sistema Educativo Português, advindo daí as dificuldades e as barreiras que se colocam a essa participação.

¹²Cf. Ramiro MARQUES, *A Escola e os Pais, Como Colaborar*, Texto Editora, Lisboa, 1994⁵, 32-33.

¹³ Cf. *Ibidem*, 56.

Face aos anteriores considerandos, torna-se assim imperioso e urgente que as duas partes se aproximem, sob pena de a comunidade voltar definitivamente as costas à escola, e, o sucesso dos alunos não passar de uma mera aparência.

A solução desta importantíssima questão não se afigura fácil, mas, sempre se poderá adiantar que só através de uma forte relação escola-família, com um cada vez mais diversificado número de pais e encarregados de educação a participar nas decisões e na organização das atividades da escola, é possível contribuir para que cada criança desenvolva todo o seu potencial.

Para atingir tal desiderato, é condição necessária, a existência de forte motivação, que terá de partir do interior da própria escola, tendo como motor a sua direção e os seus professores. Só assim se poderá contribuir para a existência de uma verdadeira comunidade educativa, com a ativa, empenhada e efetiva participação dos pais e encarregados de educação.

Com este objetivo, torna-se urgentíssima a efetiva criação de mecanismos de comunicação e de confiança entre as partes interessadas, no sentido de potenciar a interação entre todas elas, solidificando-as e alargando-as o mais possível.

A questão fundamental que neste contexto se põe, é a de se saber como motivar os pais a envolverem-se na organização e na vida da escola, e na educação dos filhos, independentemente dos tipos e níveis de ensino por estes frequentados¹⁴.

2. Contextualização teórica

Em termos introdutórios será importante referir que se o objetivo comum entre pais e professores for o da aprendizagem dos alunos, então é necessário que entre estes três intervenientes do processo educativo, ou seja os alunos, as suas famílias e os seus professores, existam autênticas relações de parceria, o que se traduz em uma verdadeira relação produtiva de aprendizagem.

É importante que uns e outros compreendam bem os seus papéis, responsabilidades, problemas e preocupações para que em conjunto possam tirar o maior partido possível das experiências educativas que as crianças vivem.

Para que essa compreensão exista terá de haver necessariamente contactos, sendo pois essencial o envolvimento dos pais na educação escolar dos seus filhos.

Constata-se que na prática as dificuldades são bastantes, sendo limitados os casos em que esse envolvimento efetivamente se verifica.

¹⁴ Cf. Ramiro MARQUES, *A Escola e os Pais, Como Colaborar*, Texto Editora, Lisboa, 1994⁵ 21.

Neste contexto, o envolvimento parental é visto como uma entre outras possíveis soluções para simultaneamente melhorar a educação e resolver problemas sociais, transformando o capital cultural em capital social.

2.1 Os intervenientes educativos: O papel-função da família

Com a democratização do ensino e os desafios colocados por uma sociedade em permanente evolução, as responsabilidades da Escola foram acrescidas ao nível da formação integral dos alunos.

A missão da escola de massas, é produzir o sucesso educativo dos alunos nas suas vertentes de instrução, socialização e estimulação, devendo ser tão universal e real quanto possível, promovendo as mais diversas formas de o atingir.

Para que estes objetivos se concretizem, é necessária a interação dos vários agentes intervenientes, tais como os pais, a comunidade e outros atores que participam na ação educativa, pois a Escola sozinha não consegue dar uma resposta cabal, necessitando de apoios e de partilha de esforços com ela.

Decorrente das trocas que a criança faz com o meio envolvente, constituído pelo grupo social em que nasce (a família), assim como por outros agentes (meios de comunicação social, Escola e comunidade), assim se processa a socialização da mesma.

A criança vai assimilando valores, normas, costumes, conhecimentos e comportamentos que a sociedade lhe transmite. Contudo, nem todas elas adquirem as mesmas normas, valores ou atitudes, por estarem rodeadas de uma dada realidade ou cultura. As crianças e os jovens, constroem a sua forma de agir como “seres únicos” que são, diferentes de todos os outros, sendo consideravelmente influenciados pelos diferentes agentes de socialização¹⁵.

2.2 Conceito, Modelos e funções da família

Neste ponto, procurar-se-á apresentar um conceito de família minimamente consensual, introduzir os vários modelos de famílias que são mais vulgares na sociedade atual, bem como analisar as funções da família no contexto escolar.

¹⁵Cf. Ramiro MARQUES, *A Direção de Turma – Integração Escolar e Ligação ao Meio*, . Texto Editora, Lisboa, 1994³, 31 – 34.

2.2.1 Conceito de família

Ramiro Marques considera que é preferível empregar a palavra “família”, quando nos referimos ao conjunto de adultos que se relacionam com a criança de uma forma duradoura e constante no espaço casa. Segundo ele, o conceito de “pais” limita a relação aos progenitores, excluindo assim os avós, tios, primos e outros elementos da família, que têm um papel importantíssimo na socialização da mesma.

Para este autor, o conceito de família inclui não só o núcleo restrito, como também o conceito alargado, sendo portanto uma realidade muito mais abrangente e global, uma vez que poderá incluir realidades atuais, tais como novos casamentos dos progenitores, adoções, etc.

Neste contexto, a palavra “pais” aplicar-se-á aos progenitores e a palavra “família” aplicar-se-á à generalidade das pessoas que interagem com a criança no espaço-casa¹⁶.

2.2.2 Modelos de família

O modelo de família normalmente mais utilizado neste tipo de trabalhos segundo Marques é o da classe média¹⁷, caracterizada por ele da seguinte forma:

- A construção do modelo assume que é este o modelo de família dominante;
- Isto implica que todos os alunos não pertencentes a este “modelo-padrão” de família sejam olhados com uma certa dose de desconfiança, nomeadamente no que se refere ao comportamento e ao aproveitamento escolar;
- Outra consequência importante da adoção daquele modelo, é induzir erradamente os professores a, eventualmente considerarem que as famílias pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas não se interessam pela educação das suas crianças;
- Neste contexto, aquele autor considera que este modelo induz uma desculpabilização e uma desresponsabilização dos professores e da escola, na medida em que o insucesso escolar é atribuído não a graves deficiências do sistema educativo, mas sim a fatores socio-económicos e a comportamentos desviantes;
- Os alunos provenientes destas famílias “marginais” que não se enquadram na “norma”, são alvo de menores expectativas por parte dos professores, e normalmente engrossam as fileiras do insucesso e do abandono escolar precoce¹⁸.

¹⁶ Cf. Ramiro MARQUES, *A Escola e os Pais: Como Colaborar?*, Texto Editora, Lisboa, 1994⁵, 41.

¹⁷ Cf. *Ibidem*, 15 – 16.

¹⁸ Cf. Ramiro MARQUES, *A Escola e os Pais: Como colaborar?*, Texto Editora, Lisboa, 1988¹, 15-16.

2.2.3 Funções da família

Uma das funções essenciais da família é socializar a criança, isto é, trata-se de a transformar num ser social e culturalmente integrado. Este processo natural inicia-se e desenvolve-se no seio familiar, transmitindo à criança uma determinada herança sócio-cultural, influenciada como é óbvio pelo contexto sócio-económico e cultural da sua família.

Os pais, e, de forma mais abrangente a própria família são, como se sabe, os primeiros e grandes responsáveis pela educação da criança. A sua socialização, iniciada e desenvolvida no seio familiar é fortemente influenciada entre outros, pelo exemplo dado pelos adultos, pelo ambiente familiar mais ou menos afetoso e por um conjunto de valores e de princípios que a criança vai integrando na sua formação moral e cívica.

È no seio da família em sentido mais restrito, e nesta fase, que a criança desenvolve a sua personalidade e que apreende os padrões de comportamento que a vão habilitar a viver em sociedade, não sendo nos tempos que correm de menosprezar a fortíssima e por vezes maléfica e perniciosa influência externa veiculada pelos meios de comunicação social e pelas novas tecnologias¹⁹.

2.3 A Escola como comunidade educativa

Em termos introdutórios poder-se-ia fazer uma abordagem atual do conceito de escola como sendo «um verdadeiro cruzamento de uma multiplicidade de novas situações sócio-culturais e étnicas, e de um conjunto de mutações e problemas que caracterizam a sociedade. Em particular, o aumento crescente da população escolar emigrante, de diferentes línguas e culturas e os problemas que afetam a vida de muitas famílias – tais como, as dificuldades em equilibrar o ritmo profissional e o acompanhamento dos filhos, um certo abrandamento das responsabilidades dos pais em relação à educação dos filhos e a fragilidade dos próprios vínculos familiares – transportam para a escola situações de insegurança afetiva e comportamentos de risco, que complexificam as suas funções e tendem a ampliá-las».²⁰

¹⁹ Cf. Costa MATOS, *Construção Escola Pais e Comunidade de Comunidades de Interesses, Projetos finais elaborados no âmbito do Curso de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar*, Politema, Instituto Politécnico do Porto, 1994, 21.

²⁰ Tomás NUNES, *Colaboração Escola/Família, Para uma Escola culturalmente heterogénea*, Lisboa, 2004, 34-35.

A idade escolar tem como principal consequência para a família a partilha da educação da criança com a escola, uma vez que a mesma vai ser instruída, re-socializada e preparada para a vida ativa.

É nesta fase que se inicia a sua educação formal, e as dificuldades que vai experimentar estão intimamente ligadas à realidade sócio-económica do seu agregado familiar, e, à sua matriz cultural e social.

Como é sabido as diferentes classes sociais com os seus divergentes valores e princípios, geram naturalmente processos de socialização diversos que, por sua vez, vão implicar crianças com uma formação sócio-cultural muito diferente.

Esta diversidade, não obsta a que a escola não possa nem deva estar atenta a cada criança em particular, em ordem a proporcionar tanto quanto possível a concretização das suas aspirações.

A Escola tem de ser cada vez mais uma realidade aberta ao mundo que a rodeia, e, ao serviço dos cidadãos, apta a receber uma diversidade de alunos com diferentes valores e saberes, e, a enriquece-los, preocupando-se sempre com a inserção dos mesmos na sociedade.

Até à entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Escola Pública era encarada como uma mera extensão local do Sector Educativo do Estado, funcionando na quase total dependência dos Serviços Centrais e em muito menor escala dos Serviços Regionais do Ministério da Educação.

Neste contexto, à Escola não era reconhecida qualquer individualidade, no sentido em que a mesma não possuía qualquer autonomia entendida nas vertentes científica, pedagógica, organizativa, financeira e administrativa, daí não ter direção interna, sendo portanto «dirigida pelos serviços centrais, através de normativos, despachos, circulares e instruções diretas, sendo a burocracia quem mais ordena».²¹ «Nesta perspetiva, a escola não passa de uma prestação de contas que, no domínio pedagógico se baseia no ensino (o meio), ignorando a aprendizagem dos alunos (o fim)».²²

Face ao exposto, e, nesta conformidade, poder-se-ia considerar que a Escola «É

²¹ Cf. João FORMOSINHO, « De Serviço Local de Estado a Comunidade Educativa », « Uma Nova Conceção para a Escola Portuguesa », in *Revista da Educação*, 2 (1) (policopiado), Universidade do Minho, Braga, 1989, 55.

²² João FORMOSINHO, « De Serviço Local de Estado a Comunidade Educativa », « Uma Nova Conceção para a Escola Portuguesa », in *Revista da Educação*, 2 (1) (policopiado), Universidade do Minho, Braga, 1989, 56.

uma organização que dispensa o meio envolvente, as suas culturas, os seus protagonistas e se contenta com a imposição do prescrito. É uma organização separada e auto-isolada».²³

Neste modelo, o professor é reduzido à pobre condição de funcionário público, com toda a carga pejorativa que a condição encerra nomeadamente no que se refere à «obediência cega» que a mesma supõe, sendo para além disso o próprio aluno, um elemento fundamental do processo educativo, remetido para um plano perfeitamente obscuro.

Tendo em consideração o conceito muito restrito de comunidade educativa que este tipo de escola envolve, a família é encarada como um mero utente ao qual não é reconhecido qualquer poder de intervenção na organização e funcionamento da Escola, sendo-lhe apenas reconhecido o direito à reclamação na qualidade de consumidor.

A Lei de Bases do Sistema Educativo com o seu carácter inovador, veio romper com este estado de coisas e criar um novo tipo de escola, com um maior grau de autonomia nas vertentes curricular, financeira, pedagógica, administrativa, científica e organizativa. Trata-se de uma escola com algum grau de independência, face ao esmagador poder centralizador que ao longo dos séculos tem caracterizado o nosso país, considerado desde sempre como um dos mais centralistas de toda a Europa²⁴.

Trata-se assim de abrir a escola à comunidade e ao espaço social que a rodeia, envolvendo entidades e pessoas exteriores à mesma, mas que com ela interagem e comungam dos mesmos interesses. Neste contexto poder-se-ão referir por exemplo as Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), representantes dos interesses económico-sociais, culturais e outros.

Há autores como Joaquim Azevedo que consideram que este tipo de escola se assume como uma escola-charneira aberta ao diálogo com as famílias, o meio envolvente e as culturas locais, sendo neste contexto necessariamente mais influenciadas pela realidade local²⁵.

«A escola assim concebida assoma como um lugar onde se torna possível o desenvolvimento de cidadãos autenticamente democratas, conferindo aos indivíduos a

²³ Joaquim AZEVEDO, *Avenidas da Liberdade-Reflexões sobre Políticas Educativas*, Asa, Porto, 1994, 87.

²⁴ Cf. João FORMOSINHO, *A Direção das Escolas Portuguesas – Da Democracia Representativa Centralizada à Democracia Representativa Descentralizada* (policopiado). Universidade do Minho, Braga, 1989, 56.

²⁵ Cf. Joaquim AZEVEDO, *Avenidas da Liberdade – Reflexões sobre Política Educativa*, Asa, Porto, 1994, 87.

possibilidade de deliberarem acerca da natureza do bem comum e de como alcançá-lo»²⁶.

2.4 A escola como organização

Em termos teóricos e considerando a vertente organizacional, o que é afinal uma escola?

Esta era, ainda muito recentemente considerada como um mero somatório de salas de aula, esquecendo a multiplicidade das suas funções que fazem dela uma complexa organização.

O seu funcionamento configura um sistema organizado em que cada um dos atores «representa» o seu papel, e que interage e é influenciado pelo meio económico, social, político e cultural em que se insere. Esta influência é particularmente importante, no que se refere à maior ou menor intervenção do Estado, e, ao natural afloramento de conflitos com alguns grupos sociais e culturais²⁷.

Tal como foi já referido, a escola como organização, é naturalmente moldada pela atuação dos principais intervenientes tais como os alunos, os professores, os pais/encarregados de educação, os funcionários e outros. A sua participação é fundamental na conceção, elaboração e implementação de um bom projeto educativo que consubstancie uma política educativa adequada a cada escola e às necessidades, interesses e objetivos da comunidade.

Esta busca incessante de consensos numa sociedade com uma grande diversidade de interesses e por vezes com alguma crispação social e económica como a que atualmente se vive em Portugal, requer uma grande capacidade de diálogo e um efetivo envolvimento de todos os interessados, incluindo naturalmente os políticos e os autarcas, personagens fundamentais no sucesso ou insucesso da escola portuguesa.

Algumas das principais características organizacionais que induzem uma maior eficácia das escolas poderão sintetizar-se deste modo:

- O maior ou menor grau de autonomia;
- A qualidade do projeto educativo;
- A qualidade da liderança e a sua maior ou menor motivação;
- A estabilidade profissional, com particular incidência no corpo docente;

²⁶ Luisa BRANCO, *A Escola Comunidade Educativa e a formação dos novos cidadãos*, Horizontes pedagógicos, Lisboa, 2007,7.

²⁷Cf..Catarina SARMENTO, *O Direito Administrativo da Escola*, Porto Editora, Coleção Educação, Porto, 2007, 78.

- A imprescindível formação continua²⁸.

2.4.1 Os intervenientes educativos, conceitos e formas de participação

Licínio Lima estabelece cinco critérios relacionados com as diferentes dimensões da participação dos intervenientes na educação, que poderão de uma forma genérica, esquematizar-se da seguinte forma:

- Critério da representatividade, que assenta num certo conceito de diversidade, considerando que todas as partes envolvidas podem e devem estar representadas, e, que compreende dois tipos de participação: direta e indireta, conforme a sua participação na tomada de decisões se faz diretamente pelo exercício do direito de voto, ou de forma representativa através de terceiros mandatados para o efeito;
- Critério da regulamentação, que assenta num certo conceito normativo, considerando que é curial impor regras que visem estabelecer os parâmetros e as condições de participação dos interessados, neste contexto se podendo considerar para além desta participação formal, um outro tipo de participação mais informal, em que o processo se desenrola por vezes um pouco à revelia das próprias regras e dos regulamentos;
- Critério da participação, que está relacionado com a forma como cada um dos intervenientes se relaciona com a organização, considerando que esta forma de participação define o empenho e o interesse destes na comunidade escolar, configurando uma participação ativa por oposição à participação passiva, que se traduz num certo desinteresse e alheamento dos assuntos da escola;
- Critério dos objetivos, que tem a ver com os objetivos fixados pela organização e a sua aceitação pelos interessados. Neste sentido se poderá falar em participação convergente. Pelo contrário, participação divergente será a que não está orientada para os objetivos fixados;
- Critério da avaliação da participação, em que alguns autores consideram que a participação deve ser avaliada em função da capacidade de decisão face à ausência de participantes. Neste âmbito poder-se-ia considerar a pseudo-participação, a participação parcial e a participação total²⁹.

²⁸Cf. Licínio LIMA, *Gestão das Escolas Secundárias*, Horizonte, Lisboa, 1988, 38-39.

²⁹Cf. *Ibidem*, 68.

2.4.2 A Participação dos intervenientes na educação

Conforme foi já referido, o direito de participação está consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente nos seus artigos 67º e 77º n.º 2 que determina que «a lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição das políticas de ensino».

«Segundo Castilho, a teoria da democracia como participação, assenta no poder do povo, tendo como pressuposto o interesse e a participação deste como ator principal da construção da sociedade democrática».³⁰

A participação dos atores educativos na organização do Sistema Escolar pode ser equiparada à Gestão participativa das modernas teorias de Organização e Administração, podendo verificar-se a vários níveis:

- Definição das políticas educativas;
- Definição de metas e objetivos;
- Negociação e resolução de conflitos;
- Audição prévia no processo de tomada de decisão;
- Direito à informação relacionada com tudo o que é relevante na organização;
- Direito de fiscalização e controlo da execução das políticas e dos objetivos;
- Co-gestão em situações muito particulares³¹.

A participação dos professores na vida da escola é algo de absolutamente essencial à comunidade escolar, e vital para a sua existência, uma vez que os professores, há muito que deixaram de ser os «velhos mestres» que se limitavam à transmissão mecânica e impessoal de conhecimentos, para serem agentes ativos e interventivos, cuja missão entre outras, consiste em criar condições conducentes à aprendizagem dos seus alunos.

Como se sabe, os professores têm o direito e o dever de participação nos órgãos da Escola para os quais são eleitos, assumindo as inerentes responsabilidades que lhes são atribuídas. Para além disso nas várias atividades que desenvolvem, conjugadas com o anteriormente referido, os professores assumem-se claramente como verdadeiros organizadores e gestores de recursos³².

No que se refere à participação dos alunos, ela assume-se como fundamental para criar nos mesmos um sentimento de pertença e de envolvimento na comunidade

³⁰ . Licínio LIMA, *Gestão das Escolas Secundárias*, Horizonte, Lisboa, 1988, 23.

³¹ Cf. *Ibidem*, 22-30.

³² Cf. *Ibidem*, 65.

escolar, tendo como principais vantagens, entre outras, as da sua socialização, da assunção de alguma consciência democrática, de espírito cívico, sentido de cidadania e capacidade de auto-disciplina, permitindo assim a substancial redução de conflitos e incidentes disciplinares, para além de induzir uma melhor atitude dos alunos face à escola em geral e aos professores em particular³³.

É unanimemente reconhecido que a participação da família com particular incidência nos pais/encarregados de educação, é altamente vantajosa para uma correta integração dos alunos na escola. A importância desta participação e desta relação entre a Escola e a Família, assume contornos fundamentais como foi já salientado no ponto 1 deste trabalho, consagrado à introdução do tema.

Traçando uma brevíssima resenha histórica, poder-se-á afirmar que até aos anos 60, a natureza das relações entre a Escola e a Família eram impostas pelos responsáveis das Escolas (Reitores nos Liceus e Diretores nas Escolas Técnicas), arbitrariamente nomeados pelo Ministério da Educação Nacional. Neste contexto, os pais/encarregados de educação não passavam de meros auxiliares da escola, sem qualquer poder interventivo, refletindo assim o ambiente político da época, caracterizado como se sabe por uma feroz ditadura que durava desde 1926 e que só foi abolida em 25 de Abril de 1974.

A partir dos fins dos anos 60 e início dos anos 70, coincidindo com alguma abertura política, começa a verificar-se um ligeiro aumento da participação das famílias no Sistema Educativo Português, com particular incidência na definição das políticas educativas, no acompanhamento do percurso escolar dos alunos, e, em menor escala na gestão da escola e no controlo do seu funcionamento³⁴.

Obviamente que esta participação, foi significativamente incrementada nos anos seguintes à Revolução de 1974, tendo como fundamentos base a responsabilidade legal dos pais na educação dos seus filhos, os direitos daqueles como utilizadores de um serviço público como é a escola, e, as vantagens da articulação entre as práticas educativas familiares e as atividades escolares.

Neste contexto, a participação dos pais/encarregados de educação, pode ser enquadrada em duas vertentes:

- Enquanto responsáveis pela educação dos alunos, os pais/encarregados de educação devem acompanhar a vida escolar dos mesmos, devendo para isso dispor dos meios

³³Cf. Licínio LIMA, PATEMAN, «Conceitos de Participação», «As formas e a capacidade de influenciar a decisão» in *Revista Noesis* n.º 42. IIE, Ministério da Educação, Lisboa, 1994, 63.

³⁴Cf. João BARROSO, *Autonomia e Gestão das Escolas*, Ministério da Educação, Lisboa, 1995¹, 24.

necessários, e, tendo como objetivo a defesa dos seus interesses individualmente exercida ou integrados em Associações de Pais e Encarregados de Educação;

- Como co-educadores, é fundamental que a Escola permita e incentive o envolvimento dos pais/encarregados de educação, em ordem a aumentar e diversificar o papel dos mesmos na educação e formação dos alunos³⁵.

A participação das Comunidades, das Autarquias e das várias Instituições (económicas, sociais, culturais, científicas, desportivas, policiais e outras), assume particular importância, no que se refere à incessante busca de respostas para as necessidades e problemas com que as escolas se defrontam, e, ao apoio e à correta e total integração dos alunos no meio envolvente, nomeadamente quando estamos em presença de emigrantes e minorias étnicas.

A questão relacionada com a participação do Pessoal não-docente tem a ver com o facto de, durante muitos anos a atividade dos funcionários administrativos, do pessoal auxiliar de Ação educativa e de outros Funcionários ter sido extremamente desvalorizada, considerando que exerciam uma atividade desqualificada, e, como tal, não considerados dignos de integrar as estruturas de participação na escola.

Na atualidade, estes Funcionários são vistos como importantes, e, imprescindíveis técnicos de apoio às atividades de ensino, sendo absolutamente essencial que os responsáveis pela política educativa portuguesa, encontrem a forma de valorizar a dimensão educativa destes Funcionários, e, conseqüentemente, apostem fortemente na sua formação e valorização³⁶.

2.5 Competências e funções do diretor de turma

A realidade atual no que se refere ao envolvimento e participação dos pais/encarregados de educação na vida da escola, resume-se a esporádicos e por vezes irregulares contactos com o Diretor de Turma, pelo que este assume particular importância para um dos objetivos essenciais da escola, que é o de proporcionar sucesso escolar aos seus alunos concomitantemente com o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos.

Esta importância é reconhecida num Despacho que regula o funcionamento do Conselho Pedagógico, e que estabelece as competências do Diretor de Turma, que se poderão resumir da seguinte forma:

³⁵Cf. João BARROSO, *Autonomia e Gestão das Escolas*, Ministério da Educação, Lisboa, 1995¹, 25.

³⁶ Cf. *Ibidem*, 26-27.

- Disponibilizar informação atualizada aos pais/encarregados de educação, relacionada com o aproveitamento, as faltas, as atividades escolares e, de uma forma geral, com a integração dos alunos na vida escolar;
- Garantir aos professores da turma a existência de meios e documentos de trabalho, para além da imprescindível colaboração no desenvolvimento de atividades inerentes à própria ação educativa;
- Fomentar o diálogo com os alunos e com os pais/encarregados de educação, tentando incentivar a sua participação e o seu envolvimento na vida da escola³⁷.

Nos termos do Despacho já referido, o Diretor de Turma é nomeado pelo Conselho Diretivo da escola, com base em proposta do Conselho Pedagógico, obedecendo o seu recrutamento às prioridades estabelecidas no mesmo, e que se poderão sintetizar da seguinte forma: como primeira prioridade, professores no segundo ano de profissionalização, seguidamente professores efetivos com profissionalização e, finalmente, professores do quadro de nomeação provisória com habilitação própria³⁸.

Como se sabe, a legislação em vigor aplicável ao Diretor de Turma, prevê a redução de duas horas no horário letivo, considerando-se que a primeira delas se destina ao atendimento dos pais/encarregados de educação, e, a segunda é dedicada à organização de todas as tarefas burocráticas inerentes à função, podendo essa redução atingir um máximo de quatro horas, sempre que um professor tiver a direção de duas turmas. Para além disso, o diretor de turma tem, por inerência, assento no Conselho de Turma, do qual é presidente, e, no Conselho de Diretores de Turma³⁹.

No que se refere ao Conselho de Turma, as suas competências são de natureza pedagógica e disciplinar, podendo sintetizar-se da seguinte forma:

- Implementar as orientações do Conselho Pedagógico;
- Coordenar as atividades dos professores da turma;
- Articular as várias atividades interdisciplinares;
- Emitir parecer sobre questões pedagógicas e disciplinares;
- Analisar e aprovar as propostas de avaliação dos alunos apresentadas nas reuniões convocadas para esse fim;
- Colaborar nas ações destinadas a melhorar a relação escola/meio envolvente;

³⁷ Despacho n.º8/SERE/89 de 08/02.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Cf., Américo DIAS, *O papel do director de turma como coordenador do plano de recuperação do aluno*, *Avaliação Sumativa Extraordinária* cadernos correio pedagógico, p, 3-4. E.

- Analisar a efetiva integração dos alunos na escola e propor soluções para a sua melhoria.

O Conselho de Diretores de Turma é um Órgão fundamental numa escola, uma vez que nas suas competências estão incluídas importantíssimas funções, tais como as de promover a interação entre a escola e a comunidade, promover ações que potenciem a interdisciplinaridade, executar as orientações do Conselho Pedagógico e outras.

O desempenho das funções de Diretor de turma, requer do professor nomeado um determinado perfil, e, um certo número de qualidades, que se poderão sintetizar da seguinte forma: uma grande disponibilidade para o exercício do cargo, uma boa capacidade de previsão e bom poder de negociação e flexibilidade em ordem a solucionar conflitos, trato fácil e bom relacionamento com alunos, colegas, pais/encarregados de educação e outros agentes educativos, dinamismo e capacidade organizativa, sensatez, espírito de tolerância e compreensão e outras⁴⁰.

Pese embora as atribuições legais do Diretor de turma serem fundamentais para o bom funcionamento da escola, infelizmente, na atualidade, as tarefas desempenhadas por este têm um carácter essencialmente burocrático, traduzindo-se na prática, no simples registo das faltas e da avaliação dos alunos no final dos períodos letivos, pela organização de reuniões e troca de correspondência com os pais/encarregados de educação, e, pelo atendimento dos mesmos nas situações em que estes se deslocam às escolas, o que como se sabe não acontece com a frequência desejável.

Na prática sabe-se que o diálogo entre o Diretor de Turma e os pais/encarregados de educação se pauta por uma certa desconfiança, com particular incidência no início do ano letivo. O contacto destes com o Diretor de Turma por iniciativa deste, não cria normalmente grandes expectativas aos pais/encarregados de educação, uma vez que esses contactos, destinam-se normalmente a debater os fracos resultados, e/ou, a denunciar comportamentos menos edificantes dos seus educandos.

Quanto ao facto de o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Turma, coordenado pelo respetivo Diretor de turma, ficar claramente aquém dos parâmetros desejáveis, algumas críticas pertinentes se poderão apontar tendo em consideração que alguns professores consideram que o seu trabalho se resume à lecionação, não atribuindo grande importância às reuniões propostas pelo diretor de turma, e, considerando-as mesmo como uma pura perda de tempo.

Para além disso, há que ter em consideração que nas reuniões intercalares deste

⁴⁰Cf. Américo DIAS, *O papel do director de turma como coordenador do plano de recuperação do aluno*, *Avaliação Sumativa Extraordinária*, cadernos correio pedagógico, p, 5-6-7.

Conselho, raramente existe informação suficiente que permita a elaboração de planos de apoio específicos, em ordem a procurar superar as dificuldades sentidas pelos alunos da turma em cada uma das disciplinas.

Neste âmbito, se poderá ainda colocar a pertinente questão relacionada com a eventual menor preparação dos docentes no relacionamento com os pais/encarregados de educação, nomeadamente com os provenientes de estratos sociais mais problemáticos⁴¹.

2.6 A família e a sua relação com a escola

«A escola não é mais do que uma ilha isolada, algo que se enquistou e que está enclausurado nas suas próprias paredes – o reino dos professores – mas é uma instituição que aprendeu a autovalorizar-se, revelando ser uma estrutura com personalidade bem definida e com uma identidade própria»⁴².

A relação escola/família tem subjacente um conjunto de várias realidades, que têm a ver com diferentes práticas sociais, pessoais e institucionais, com antagónicas perspetivas individuais e coletivas e com diferentes expectativas das famílias relacionadas com o papel da escola na sociedade atual.

Neste contexto, podemos considerar que, sociologicamente, a relação entre a escola a família é uma relação que tem duas vertentes: o capital cultural da escola, e o capital cultural de cada um dos alunos que interagem na escola. Esta naturalmente veicula e legitima o capital cultural da classe dominante, conforme foi já amplamente demonstrado em pontos anteriores, impondo assim os seus conhecimentos e os seus valores a toda a sociedade.

«Para uma cooperação eficaz é necessário aproveitar e rentabilizar todos os recursos disponíveis, tanto na comunidade como na família. A concretização das formas de relacionamento só será possível e eficaz se implicar pais, professores, alunos e outras entidades da comunidade, direta ou indiretamente ligados aos problemas da educação»⁴³.

⁴¹Cf. Américo DIAS, *O papel do director de turma como coordenador do plano de recuperação do aluno, Avaliação Sumativa Extraordinária*, cadernos correio pedagógico, Porto, 1996, 7-8-9.

⁴²Cf. António MATOS, *Escolas, Pais e Comunidade, Construção de Comunidades de Interesses*, Projetos finais elaborados no âmbito do curso de estudos superiores especializados em Administração Escolar, Politema, 1994, 43.

⁴³ António MATOS, *Escolas, Pais e Comunidade, Construção de Comunidades de Interesses*, Projetos finais elaborados no âmbito do curso de estudos superiores especializados em Administração Escolar, Politema, 1994, 33.

A experiência confirma que os alunos com as maiores taxas de reprovação e abandono escolar pertencem às classes sociais mais desfavorecidas, cujo capital cultural é claramente inferior ao das classes sociais dominantes. Uma leitura mais atenta e sobretudo mais fria e desapaixonada desta problemática, permite-nos concluir com alguma margem de segurança que estes factos não são mais do que uma forma camuflada e hipócrita de seleção e segregação económica, social e cultural, limitando-se a escola a reproduzir esta triste realidade. Convirá a propósito referir que, segundo as últimas notícias vindas a público, mais de 50% dos jovens em idade escolar não termina o ensino secundário, o que faz de Portugal um dos países da Europa com maiores índices de reprovação e de abandono escolar⁴⁴.

As queixas apresentadas pela esmagadora maioria dos professores, relacionadas com o grande alheamento dos pais/encarregados de educação da vida escolar dos seus filhos ou educandos, bem como o pouco ou nenhum interesse pela sua educação, têm particular acuidade no que se refere aos alunos pertencentes às classes sociais de mais baixos estratos culturais e de menores recursos económicos, o que infelizmente só vem comprovar a seleção e segregação social e cultural referidas no parágrafo anterior, a que obviamente acresce a segregação económica daí decorrente.

«As escolas têm obrigação de criar programas diversificados de envolvimento dos pais para chegar sobretudo aos de difícil acesso. Importa que as escolas ofereçam um menu de ações muito variado para chegar a todos os pais. Para pais que, apesar de tudo, ainda não se envolvem, é necessário criar ainda programas que levem a escola até suas casas»⁴⁵.

Uma nova abordagem da relação entre a escola e a família, e o estreitar dessa relação no sentido de tentar estabelecer pontes de diálogo entre classes sociais e realidades culturais muito diversas, pode ajudar e esbater um pouco esta seleção e esta segregação, que, infelizmente, se continua a fazer sentir na nossa sociedade, e que se traduz no lento e inexorável aumento do fosso entre as classes sociais, apesar da propaganda oficial, através de uma lavagem cerebral coletiva, nos tentar fazer acreditar que o índice oficial de pobreza em Portugal se situa nos 20% e estar em franco declínio, o que não passa de uma miragem e de uma gigantesca mistificação, tendo em atenção a

⁴⁴Cf. Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 23- 24.

⁴⁵Cf. António MATOS, *Escolas, Pais e Comunidade, Construção de Comunidades de Interesses*, Projetos finais elaborados no âmbito do curso de estudos superiores especializados em Administração Escolar, Politema, 1994, 34.

gravíssima crise económica, financeira e social que o país atravessa, bem como alguns indicadores divulgados por vários Organismos, entre os quais se poderá destacar o Conselho Nacional de Educação (CNE), que no seu relatório de 21 de Outubro de 2010 refere que mais de 70% dos jovens portugueses (77 000 num universo de 109 000) não conclui o ensino secundário, e que a carência alimentar é o principal fator de insucesso escolar em Portugal, conforme relatório da Organização Não-Governamental EPIS (Empresários pela Inclusão Social) igualmente divulgado em Outubro de 2010⁴⁶.

Neste contexto, será oportuno recordar que Portugal ocupa um modestíssimo 34º lugar mundial em termos de índice IDH (0.909 em 2009), que coloca o nosso país nos últimos lugares do ranking do desenvolvimento humano dos estados-membros da União Europeia, sendo certo que as componentes educacionais como as elevadas taxas de analfabetismo, insucesso e abandono escolar prejudicam seriamente aquele índice, uma vez que a taxa de alfabetização (94,9%) constante do último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do mesmo ano colocava Portugal no 68º lugar a nível mundial, o que, para além de escandaloso, se configura como absolutamente trágico, tendo em consideração que esta «democracia» está implantada desde 1974, ou seja há mais de 40 anos.

Esta questão tem, infelizmente algo de trágico na medida em que a participação das famílias de mais baixos estratos sócio-económicos na vida das escolas é quase nula, ao contrário das famílias pertencentes aos estratos sociais e económicos mais elevados que acompanham mais os seus educandos, o que agrava extraordinariamente a situação, induzindo assim a escola pública a, embora involuntariamente, agravar as desigualdades, promovendo os alunos pertencentes às classes mais favorecidas, em desfavor daqueles que são provenientes das classes mais desfavorecidas, subvertendo completamente uma das suas mais nobres missões, que é a de democratizar a educação em ordem a, entre outros objetivos, contribuir para a igualdade de oportunidades, e para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, expressamente consagrada no nº 2 do artº 73º da Constituição da República Portuguesa⁴⁷.

Neste contexto, será útil recordar que, segundo o relatório do Conselho Nacional de Educação anteriormente referido, há 504 096 alunos que frequentam as nossas escolas, que dependem do Estado, através da ação social escolar, para terem acesso a

⁴⁶Cf. Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 26-27.

⁴⁷ Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspetiva*, Horizonte, Porto, 1989, 3-24.

livros, a material escolar, e, em situações mais extremas, a uma refeição decente, que, na maior parte dos casos, será mesmo a única refeição diária do aluno.

Qualquer programa, que vise potenciar o envolvimento da família em geral e dos pais/encarregados de educação em particular na vida da escola, terá necessariamente de considerar três vertentes fundamentais: a comunicação escola/família, a envolvente interativa e a importante e imprescindível vertente relacionada com a parceria.

Relativamente à comunicação escola/família, a abordagem dos professores deve centrar-se na clarificação e divulgação do importante papel que os pais/encarregados de educação podem assumir no apoio à aprendizagem dos seus educandos, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento de atitudes conducentes à aprendizagem dos alunos, transmissão de princípios e valores morais, éticos, culturais e outros que potenciem o seu sucesso educativo e permitam a manutenção de elevados níveis de disciplina na escola, acompanhamento se possível diário dos seus educandos no que se refere ao estudo e aos trabalhos escolares, no sentido de lhes inculcar sentido de responsabilidade, consciência cívica, hábitos de trabalho e de organização, etc.

O apoio dos pais/encarregados de educação no desenvolvimento da criança, é fundamental para potenciar as capacidades do aluno, e, facilitar a aquisição pelo mesmo das ferramentas necessárias ao sucesso educativo, mesmo em relação aos alunos provenientes dos estratos sociais mais desfavorecidos e às famílias mais desestruturadas.

«Há pais com necessidades especiais de formação e provenientes de baixos meios culturais. Os professores devem assumir uma atitude de modéstia e de colaboração também com estes pais, encarando-os como colaboradores que lhes podem ensinar alguma coisa sobre os filhos»⁴⁸.

Estudos efetuados em vários países, levam à conclusão de que não há uma perfeita e total correlação entre o sucesso escolar de uma criança e o seu estrato social, a sua condição económica ou o nível de educação dos pais/encarregados de educação.

Essa correlação é muito mais evidente no que se refere à natureza das relações entre pais e filhos, tendo em consideração que normalmente os pais/encarregados de educação dos bons alunos conversam com eles, encorajando-os a ser bem sucedidos na escola, revelando elevadas expectativas e definindo regras de comportamento e hábitos de estudo, ao passo que normalmente os pais/encarregados de educação dos alunos com

⁴⁸Cf. António MATOS, *Escolas, Pais e Comunidade, Construção de Comunidades de Interesses*, Projetos finais elaborados no âmbito do curso de estudos superiores especializados em Administração Escolar, Politema, 1994, 39.

fraco aproveitamento se alheiam, nalguns casos quase totalmente, da educação dos seus filhos/educandos, não os apoiando nem comunicando com a escola⁴⁹.

No que se refere à abordagem interativa os programas que se inspiram nesta teoria, assumem como ponto fulcral o respeito mútuo entre os pais/encarregados de educação e os professores relativamente a objetivos comuns.

É importante neste contexto respeitar as culturas minoritárias, procurando que os alunos saibam articular a sua cultura com a cultura dominante, usando qualquer uma delas em conformidade com a situação concreta e com o ambiente em que os mesmos atuam. A comunidade e as famílias dos alunos devem ser encaradas como fontes de aprendizagem da própria escola, de forma a estabelecer um complemento entre a realidade escolar e a sociedade envolvente. Será no entanto oportuno referir que, criar programas para lidar com culturas minoritárias é uma tarefa extremamente difícil para os professores, na medida em que estes não possuem a imprescindível e adequada formação, que tarda em ser equacionada, implementada e ministrada.

Considerando que cabe à família o principal dever da educação das crianças, então a escola terá de necessariamente incorporar nos seus currículos os valores e as culturas das famílias e das comunidades de origem dos alunos. Para se criar essa complementaridade, torna-se necessário e urgente abrir a escola aos pais/encarregados de educação, disponibilizar espaços para se reunirem, aumentar a frequência e a qualidade das comunicações com os mesmos, proporcionar-lhes o conhecimento dos currículos escolares e de uma forma geral criar todas as condições para que os mesmos possam sentir-se plenamente integrados na vida escolar como é desejável⁵⁰.

Na abordagem que privilegia a parceria, as relações de hierarquia e dependência, são obviamente substituídas por relações de colaboração ao nível horizontal, implicando uma necessária mudança de atitudes por parte dos professores, no sentido de encararem os pais/encarregados de educação como interlocutores válidos, com uma importante capacidade de intervenção no processo educativo.

«A promoção das parcerias é valorizada, tanto na contratação como na avaliação dos docentes, os pais participam na tomada de decisões como parceiros e não como clientes; existem protocolos escritos que estipulam os requisitos e definem as linhas

⁴⁹Cf. Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 25- 26.

⁵⁰Cf. Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 27-28-29.

mestras da colaboração e existem mecanismos que permitem ultrapassar as dificuldades e resolver os problemas»⁵¹.

Considerando que a nobre missão de educar é da responsabilidade de todos os intervenientes no processo educativo, este tipo de abordagem tem implícitos uma série de pressupostos, que se poderão resumir da seguinte forma:

- Acordo envolvendo todos os intervenientes relativamente ao que se considera ser sucesso educativo;
- Recusa de modelos simplistas e facilitistas de falso combate ao insucesso escolar, privilegiando os modelos de aceleração da aprendizagem, obedecendo ao princípio de que a melhor educação para os mais aptos é igualmente a melhor educação para todos;
- Preocupação de que todos os alunos deverão atingir os objetivos mínimos essenciais conducentes à progressão nos estudos;
- Os currículos devem privilegiar a aprendizagem ativa, o domínio das competências básicas, o desenvolvimento do espírito crítico e o reforço das capacidades de comunicação oral e escrita.

O que se pretende com esta abordagem, é idealizar e implementar programas escolares credíveis e eficazes, que encarem o aluno no contexto familiar e a família no contexto da comunidade, e, que levem as escolas a comunicar com as famílias, na óbvia expectativa de que, os pais/encarregados de educação aumentem a sua participação na vida da escola e esta nova atitude mais interessada, induza um maior sucesso educativo dos seus educandos. Os defensores desta teoria, entendem que o sucesso para todos é possível, com o pressuposto de serem criadas estruturas sociais, psicológicas e médicas que assegurassem o devido apoio aos alunos e às respetivas famílias⁵².

Nas escolas onde impera a parceria, os pais/encarregados de educação assumem uma importante intervenção, não só como membros do Conselho de Escola, mas também como voluntários, nomeadamente no apoio prestado aos professores na realização de visitas de estudo, festas e outros eventos organizados pela escola.

Considerando que sem parceria não poderá haver uma verdadeira comunidade educativa, e, que para que este tipo de abordagem atinja o pleno sucesso, há necessidade de ter em consideração os seguintes pressupostos:

⁵¹ Adelina VILLAS-BOAS, *A parceria entre a escola, a família e a comunidade*, Prodep, 2000, 11.

⁵² Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989. 30-31.

- Esta abordagem da educação e da escola, deve ser partilhada pelos professores com disponibilidade para aderir a este tipo de programas, o que, como se sabe, está diretamente relacionado com o grau de profissionalismo, de realização e de satisfação destes;
- É essencial a existência na escola de um verdadeiro líder, e não de um qualquer comissário político, que tenha uma visão correta da realidade da escola e da educação, que possua uma real capacidade de liderança e um verdadeiro espírito de equipa⁵³;
- As mais importantes tomadas de decisão, nomeadamente as relacionadas com o orçamento e com a gestão dos equipamentos e do pessoal, devem ser partilhadas pelo líder com os representantes dos professores, dos pais/encarregados de educação, das autarquias, e, em alguns casos previstos na lei, com os representantes dos próprios alunos.

Face ao exposto, várias conclusões relacionadas com a fraquíssima participação da família na vida da escola se podem extrair, e, das quais se poderão destacar as seguintes:

- O envolvimento das famílias é uma variável fundamental na eficácia da escola, e na melhoria da qualidade do ensino;
- O estatuto económico, social e cultural tem uma importância crucial, na medida em que é público que são as famílias de mais elevado estatuto que normalmente mais participa na vida da escola;
- Igualmente se sabe que há uma fortíssima correlação entre o aproveitamento dos alunos e a participação dos pais/encarregados de educação na escola e no acompanhamento dos seus educandos;
- As famílias estão bastante alheadas da vida da escola, muitas vezes por desconhecimento, e, algumas vezes, por ineficácia das escolas na sua motivação;
- Acontece com relativa frequência haver alguma falta de estratégia por parte dos professores, no sentido de promoverem a desejada participação das famílias⁵⁴.

A questão da participação tem sido estudada e analisada por ilustres psicólogos e sociólogos, cuja maioria considera que o grau de participação de um indivíduo numa determinada instituição, é tanto maior quanto mais estiver integrado e identificado com a mesma. Para além disso, consideram que quanto maior for a capacidade de um grupo

⁵³ Cf. *Ibidem*, 35,36,37.

⁵⁴ Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 38-39.

para satisfazer a necessidade de um indivíduo, maior será a identificação desse indivíduo com o mesmo, e, naturalmente maior será o seu grau de participação.

Neste contexto, a questão essencial que se coloca, é a de se saber o que liga os pais/encarregados de educação à escola, e, concomitantemente, qual o elo que os liga à educação. A resposta é óbvia, considerando que não pode haver maior motivação do que a vida escolar dos seus filhos/educandos. Se a escola der resposta cabal às necessidades dos alunos no que se refere à aprendizagem e ao sucesso educativo, estes sentem-se identificados com a escola e participam, sendo esse grau de participação diretamente proporcional à sua motivação. A conclusão a tirar, é a de que se a escola não for ao encontro dos interesses e motivações dos seus alunos, então teremos pais/encarregados de educação totalmente desmotivados, não se sentindo obviamente identificados com ela.

Os constrangimentos que impedem a plena participação das famílias na vida das escolas, são de vária ordem, e situam-se a vários níveis, podendo de forma muito resumida destacar-se os seguintes:

- A escola e a família são duas realidades completamente diferentes que deveriam ter objetivos e preocupações comuns no que se refere às crianças e jovens, mas em que frequentemente existe uma relação de alguma conflituosidade. Uma das aparentes razões, poderá residir no facto de no seio da família a criança, jovem ou adolescente ser tratada como um indivíduo, tendo um estatuto próprio, enquanto na escola ela ser apenas membro de um grupo. Neste contexto, as relações da família com a criança, jovem ou adolescente são mais prolongadas, personalizadas e com uma forte componente emocional, ao passo que as relações da escola com o aluno são transitórias, impessoais e predominantemente racionais;
- Uma questão que poderá condicionar o envolvimento da família, relaciona-se com a eventual falta de sensibilidade de alguns professores para esta problemática, na medida em que a esmagadora maioria destes, transporta consigo um modelo tradicional de classe média, apresentando por vezes de forma inconsciente, algumas suspeitas relativamente às famílias não pertencentes a este modelo⁵⁵.
- Um outro fator que igualmente condiciona o envolvimento das famílias na vida da escola, tem a ver com a classe social as que as mesmas pertencem. Os pais/encarregados de educação das classes sociais mais desfavorecidas consideram, na esmagadora

⁵⁵ Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 50-51.

maioria dos casos infelizmente com alguma razão, que não possuem formação escolar suficiente para colaborar na educação dos seus filhos/educandos, nomeadamente no apoio nos trabalhos de casa.

- A precariedade dos laços familiares que caracteriza a sociedade moderna, tem graves responsabilidades na realidade educacional atual, na medida em que cresce exponencialmente o número de famílias mono-parentais com todas as consequências que daí advêm, nomeadamente ao nível da falta de apoio às crianças e jovens e ao grave desequilíbrio emocional e psico-afetivo que acarretam para os alunos, com óbvio reflexo no aproveitamento, sem que a escola possa infelizmente fazer muito mais do que aquilo que vai tentando, dado que a mesma não pode nem deve substituir-se à família.
- Outra questão pertinente que se põe é a que se relaciona com algum «proselitismo» de alguns professores, que arvorando-se em donos da escola e detentores do saber, tradicionalmente procuram culpar os pais/encarregados de educação pela sua reduzida ou por vezes nula participação, considerando por vezes injustamente, que estes não acompanham convenientemente o percurso escolar dos filhos/educandos, o que pode ter como consequência um maior afastamento das famílias da vida da escola.
- Alguns professores que receando a participação de elementos estranhos à escola, utilizam normalmente uma linguagem muito técnica e pouco compreensível para a esmagadora maioria dos pais/encarregados de educação, dificultando e desmotivando a sua participação.
- As escolas mantêm formas pouco motivadoras de relacionamento com as famílias, limitando-se às tradicionais reuniões no início do ano letivo e no final dos períodos para entrega das fichas de avaliação, e, ao esporádico envio de mensagens estandardizadas e impessoais relatando as dificuldades do aluno, e/ou, informações relacionadas com o seu eventual mau comportamento.
- Um aspeto fundamental a considerar na análise da questão da participação das famílias na vida da escola, é o que se relaciona com as baixas expectativas dos pais/encarregados de educação no que concerne à escola, designadamente no que se refere às classes sociais mais desfavorecidas⁵⁶.

Antes de finalizar este ponto, e, a título de reflexão, será útil recordar que diversos estudos elaborados nos últimos anos em vários países no âmbito das ciências educativas, confirmam os evidentes benefícios do envolvimento das famílias na vida

⁵⁶ Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 40- 41-42.

das escolas, estando absolutamente comprovada a correlação positiva entre esse envolvimento e os resultados escolares dos alunos.

Com efeito, quando as famílias participam mais na vida das escolas, e os pais/encarregados de educação acompanham e ajudam os seus filhos/educandos, estes apresentam normalmente melhores resultados do que os seus colegas com idênticas capacidades mas cujos pais/encarregados de educação se mantêm afastados da escola e da vida escolar dos seus educandos. Neste contexto, parece evidente que os alunos das classes sócio-económicas mais desfavorecidas, cujos pais/encarregados de educação mais participam e mais os acompanham, poderão ver um pouco mais esbatido o fosso que os separa dos colegas pertencentes às classes sociais mais elevadas, e, em alguns casos, equipararem-se e ultrapassarem mesmo esses alunos, o que consubstancia uma tarefa extremamente difícil, mas perfeitamente possível.

Face ao resultado destes estudos, poder-se-á concluir com alguma segurança, que a participação da família na vida das escolas tem uma importância excecional, não só no que se refere à melhoria da qualidade do ensino, mas também, e, fundamentalmente na promoção do sucesso escolar dos alunos.

Felizmente que alguns pais/encarregados de educação vão tomando consciência do seu papel de peças importantes no sucesso educativo dos seus filhos/educandos, e que o seu envolvimento na vida da escola traz benefícios para os próprios, na medida em que contribui para o seu desenvolvimento pessoal enquanto pais, cidadãos e educadores, podendo facultar-lhes novas competências e aumentar a sua informação e motivação para eventualmente complementarem a sua formação escolar e/ou profissional.

As vantagens para os professores do maior envolvimento das famílias na vida das escolas, parecem também ser evidentes, nomeadamente no que se refere à ajuda e cooperação que poderão receber daquelas, e ao espírito de compreensão e de respeito mútuo que esse maior envolvimento necessariamente pode criar, considerando que, tal como foi já amplamente referido, as escolas só podem mudar se desenvolverem fortíssimos elos de ligação e laços de colaboração com as famílias e com as comunidades em que se inserem⁵⁷.

Antes de concluir, e, como nota de reflexão, poder-se-á acrescentar que considerando que o processo educativo tem início no seio das famílias, torna-se extremamente difícil à escola corrigir certos vícios e lacunas que os alunos apresentam,

⁵⁷ Don DAVIES, *As escolas e as famílias em Portugal/Realidade e Perspectiva*, Horizonte, Porto, 1989, 47-48.

nomeadamente os que são provenientes das classes sociais mais desfavorecidas, de famílias problemáticas, desestruturadas, e outras.

A escola tentou adaptar-se a esta realidade, criando as necessárias estruturas, designadamente as escolas TEIP (Território Escolar de Intervenção Prioritária), visando dar resposta a questões étnicas, linguísticas e outras. Uma das situações mais complicadas tem a ver com a existência de casos cada vez mais numerosos de alunos problemáticos para os quais não há uma resposta cabal nomeadamente ao nível da dotação orçamental que permita a contratação de pessoal técnico superior da área da Psicologia em número considerado minimamente satisfatório, dado que o atualmente existente é manifestamente insuficiente.

Neste contexto, a figura do Diretor de turma assume particular relevância, na medida em que estabelece a ponte entre a escola e a família, transformando-se assim no principal elo de ligação entre as duas entidades. Aliás seria pertinente estudar a possibilidade de aumentar as competências do Diretor de Turma bem como alargar os períodos de atendimento dos Encarregados de Educação, em ordem a melhorar e reforçar essa ligação⁵⁸.

Para concluir estas reflexões será pertinente analisar a incontornável questão da erosão do prestígio e da autoridade dos professores, com particular incidência no período a seguir à Revolução do 25 de Abril de 1974, e que infelizmente ainda se mantém, induzindo por vezes comportamentos desrespeitosos e até violentos contra professores e outros agentes educativos.

⁵⁸ Américo DIAS, Avaliação Sumativa Extraordinária, Asa, Porto, 1996,17-20.

CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS DA IGREJA

1. O que nos diz o Concílio Vaticano II

Antes de mais, gostaria de referenciar que o objetivo principal do Concílio foi abrir a janela da Igreja ao Mundo, deixar o Mundo entrar na Igreja e fazer com que a Igreja vá ao encontro do Homem, daí o Concílio consagrar uma declaração sobre educação.

Antes do Concílio outros documentos do Magistério se referiram a este assunto tais como: A carta apostólica *Communes Litteras* de Bento XV, a encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XII e a alocução aos Jovens de A. C. italiana de Pio XII entre outros. É pois necessário e urgente a educação dos jovens.

Por outro lado, o homem mostra-se cada vez mais interessado em tomar parte na vida social e política. Neste contexto, cada vez mais o ser humano se relaciona com outros povos. Há uma motivação crescente para que a educação chegue a todos, e daí o aperfeiçoamento dos métodos de educação e a necessidade de que tais métodos cheguem a todos os homens. Posto isto, é importante referir que toda esta caminhada só faz sentido numa vivência em Cristo⁵⁹.

«Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto que gozam da dignidade de pessoa, têm direito inalienável à educação, correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta a consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra. A verdadeira educação porém pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujos ofícios, uma vez adulto, tomará parte»⁶⁰.

O objetivo é que as crianças e os adolescentes se tornem em adultos responsáveis e se preparem no sentido de tomarem parte na vida social. Para isso, é que surgiram algumas ciências ligadas à educação e deram o seu principal contributo em ordem ao desenvolvimento das qualidades físicas, morais e intelectuais.

«De igual modo, o Sagrado Concílio declara que as crianças e os adolescentes têm o direito de serem estimulados a estimar retamente os valores morais e a abraçá-los

⁵⁹ Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Educação Cristã Formação Sacerdotal, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, 1965, 7-9.

⁶⁰ *Ibidem*, 9.

pessoalmente, bem como a conhecer e a amar Deus mais perfeitamente»⁶¹. Neste sentido, é responsabilidade de todos aqueles que governam e educam, que nunca privem a juventude da educação orientada para os valores morais e éticos, sem os quais nada faz sentido.

Em complemento do anteriormente referido, poder-se-á dizer que «Todos os cristãos que, uma vez feitos nova criatura mediante a regeneração pela água e pelo Espírito Santo, se chamam e são de facto filhos de Deus, têm direito à educação cristã»⁶².

Tornando-se filhos de Deus com o baptismo, os cristãos têm que estar conscientes do dom da fé que receberam e segundo Jo. 4,23 «aprendam a adorar Deus Pai em espírito e verdade», e segundo Ef. 4,13 assim «se aproximem do homem perfeito, da idade plena de Cristo».

Cabe aos pastores fazer chegar aos fiéis os ensinamentos da Santa Madre Igreja, e fazer com que estes usufruam de uma educação cristã nomeadamente no que se refere aos jovens que como se sabe são o futuro da Igreja.

«Os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole e por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores⁶³. Esta função educativa é de tanto peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida. Com efeito, é dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com os homens que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos»⁶⁴.

É pois no seio da família que a criança vai buscar todos os ensinamentos que fazem dela adultos responsáveis. No entanto, a sociedade também ajuda a educar, pois é nela que os pais confiam os seus filhos e como tal há deveres e direitos quer de uns quer de outros.

A par da família e da sociedade, compete também à Igreja educar os jovens e mostrar-lhes o caminho para a salvação. A par deste ministério que a Igreja apresenta, também se torna pertinente referir que a todo aquele que é educado numa perspetiva cristã, a mesma lhe confere valores éticos e morais que o tornam mais humano. Por isso

⁶¹ *Ibidem*, 11.

⁶² *Ibidem*, 12.

⁶³ Cf. PIO XI, *Carta encíclica Divini Illius Magistri*, 1^a pag 59.

⁶⁴ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gravissimum educationis* in VATICANO II, Educação Cristã Formação Sacerdotal, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, 1965, 13.

é que a Igreja tem o dever de dar aos seus filhos a educação que os leve a imbuírem-se do espírito de Cristo. Os pais e os professores, e todos de qualquer modo, estão empenhados na formação das crianças e dos jovens, de tal maneira os instruem que, conhecendo a solicitude do Senhor pelo seu rebanho, e considerando as necessidades da igreja, estejam preparados a responder generosamente como o profeta ao chamamento divino.

«Entre todos os meios de educação, tem especial importância a escola, que, em virtude da sua missão, enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar retamente, introduz no património cultural adquirido pelas gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, e criando entre alunos de índole e condição diferente o convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua; além disso, constitui como que um centro em cuja operosidade e progresso devem tomar parte, juntamente, as famílias, os professores, os vários agrupamentos que promovem a vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e toda a comunidade humana»⁶⁵.

Este Concílio exorta a todos, mas de uma maneira particular aos que têm a missão de educar outros, e que se esforçam por educar homens, para os valores morais.

«O autêntico amor conjugal será mais apreciado, e formar-se-á a seu respeito uma sã opinião pública, se os esposos cristãos derem um testemunho eminente na fidelidade e harmonia e de solicitude na educação dos filhos e se participarem na necessária renovação cultural, psicológica e social em favor do casamento e da família. Os jovens devem ser conveniente e oportunamente instruídos, sobretudo no seio da própria família, acerca da dignidade, missão e exercício do amor conjugal. Deste modo, educados na castidade, poderão, chegada a idade conveniente, entrar no casamento depois de um noivado puro»⁶⁶.

Face ao anteriormente referido, constata-se que é importante para os pais cristãos, encarregados de transmitir um modo moral e religioso de viver a vida, permanecer sensíveis à distinção entre valores autênticos, dos quais são para os filhos os primeiros mestres, e o próprio modo individual de entendê-los e de vivê-los. Especialmente a moderna variedade e riqueza do regresso à fonte de inspiração evangélica torna múltiplas e diferenciadas as manifestações e a organização da vida religiosa e as formas de piedade e de empenhamento pela fé.

⁶⁵ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gravissimum educationis* in VATICANO II, Educação Cristã, Formação Sacerdotal, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, 1965, 17.

⁶⁶ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium Spes*, 49.

No mesmo sentido poder-se-á referir, que todo o cristão deve adotar uma atitude de discernimento e de disponibilidade para com toda a realização positiva: de esclarecimento; de prudente conselho; de conforto afetuoso para com os outros. Sob a influência do Espírito Santo, é essa a tarefa a desenvolver para com os filhos da parte dos pais, atentos a não suavizar as verdadeiras exigências cristãs. Mestres atentos da fé para os próprios filhos, devem evitar a palavra que Cristo atribui ao Pai, para os fariseus: «Em vão, porém, me honram, ensinando doutrinas que são mandamentos de homens»⁶⁷.

Citando mais uma vez a *Gaudium et Spes* pode-se referir que «A família é como que uma escola de valorização humana. Para que esteja em condições de alcançar a plenitude da sua vida e missão exige, porém, a benévola comunhão de almas e o comum acordo dos esposos, e a diligente cooperação dos pais na educação dos filhos. A presença ativa do pai contribui poderosamente para a formação destes; mas é preciso assegurar também a assistência ao lar por parte da mãe, da qual os filhos sobretudo os mais pequenos, têm tanta necessidade; sem descurar, aliás, a legítima promoção social da mulher. Os filhos sejam educados de tal modo que chegados à idade adulta, sejam capazes de seguir com inteira responsabilidade a sua vocação, incluindo a sagrada, e escolher um estado de vida; e, se casarem, possam constituir uma família própria, e condições morais, sociais e económicas favoráveis»⁶⁸.

Neste contexto, será de referir que, o desenvolvimento sã e harmónico de todo o ser humano, está inevitavelmente ligado à sua relação com o pai e a mãe, e com o papel que os pais desempenham em relação a eles, com afeto e responsabilidade mais conscientes. Tal experiência comum e universal, presente em toda a cultura, parece ter-se tornado uma aquisição central do nosso modo de pensar. O papel do pai e da mãe, sobre o qual se constrói e concentra a família, exige um empenhamento consciente e ativo, a fim de favorecer um desenvolvimento dos próprios filhos que seja completo, adequado à condição do homem, que Deus criou e Cristo redimiu.

2. A família no pensamento do Papa João Paulo II

Como introdução ao tema da *Familiares Consortio*, que se trata de uma exortação apostólica de Sua Santidade o Papa João Paulo II, verificamos a enorme importância que ele dá à família como célula fundamental da Igreja. Neste contexto, é de referir que «no nosso tempo, a família, como as outras instituições e talvez mais do que elas foi

⁶⁷ Cf. Max THURIAN, *A Família Cristã*, Edições Paulistas 1981, 165-168.

⁶⁸ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, 52.

atingida por transformações amplas, profundas e rápidas, quer sociais quer culturais. Não faltam famílias que vivem esta situação na fidelidade aos valores que constituem o fundamento da instituição familiar»⁶⁹.

Por outro lado, «Consciente de que o matrimónio e a família constituem um dos bens mais preciosos da humanidade, a Igreja quer fazer ouvir a sua voz e oferecer a sua ajuda aos que, conhecendo já o valor do matrimónio e da família, procuram vivê-lo fielmente, aos que, incertos e ansiosos, andam à procura da verdade e aos que estão, injustamente, impedidos de realizar livremente o ideal familiar»⁷⁰.

Neste documento, os jovens são particularmente referenciados pois preparam-se para abraçar a vida do matrimónio e conseqüentemente formarem uma família. É pois necessário mostrar-lhes quão bela é a vocação para o amor. No sínodo de 1980 a Igreja deu na continuidade dos sínodos precedentes particular atenção à família. É pois neste contexto que a família tem como principal objetivo ajudar o homem a descobrir a sua própria vocação.

João Paulo II justifica assim a razão pela qual publicou a exortação: «Os padres sinodais pediram-me que me tornasse interprete perante a humanidade da viva solicitude da igreja pela família, e que lhe indicasse as orientações oportunas em vista dum renovado empenho pastoral neste setor fundamental da vida humana e eclesial»⁷¹.

Ao mesmo tempo Sua Santidade afirma que: «A igreja está profundamente convencida de que só na vivência do Evangelho poderá encontrar completa realização de toda a esperança que o homem põe legitimamente no matrimónio e na família»⁷².

Na *Familiaris Consortio*, exortação apostólica de Sua Santidade o Papa João Paulo II, verificamos a enorme importância que ele dá à família como célula fundamental da Igreja.

Neste contexto, o matrimónio no plano da criação nasce já sagrado, mas com a redenção de Cristo, aquilo que é realidade maravilhosa da natureza, torna-se realidade sacramental e eclesial, sendo inserida no plano da salvação para a construção do Reino de Deus na história.

O vínculo do amor, que une os esposos e os liga para sempre um ao outro para serem segundo Mt. 19,5 «uma só carne», é não apenas símbolo, mas «ontológica

⁶⁹ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica, Familiaris Consortio*, A Família Cristã, Editorial A.O., Braga, 1981,12.

⁷⁰ *Ibidem*, 15.

⁷¹ *Ibidem*, 8.

⁷² *Ibidem*, 9.

participação naquele mistério de unidade e fecundo amor, que une Cristo à Igreja e a Igreja a Cristo»⁷³. Os esposos cristãos inspiram-se portanto na fonte do próprio amor de Cristo Salvador⁷⁴.

O matrimónio dos cristãos é «sacramento consagrante»⁷⁵. Do matrimónio dos cristãos nasce a família cristã. Os conjugues cristãos são chamados para a santidade, isto é devido ao seu estado, têm uma vocação primária para a santidade no seio do povo de Deus, que se realiza antes de tudo no próprio âmbito da vida conjugal e familiar⁷⁶.

No seu discurso de inauguração da Conferência episcopal Latino-americana em Puebla, João Paulo II recordou a família como um dos temas prioritários da pastoral eclesial. «Fazei todos os esforços a fim de haver uma pastoral da família. Dedicai-vos a um sector tão prioritário, com a certeza de que a evangelização no futuro depende, em grande parte, da «Igreja doméstica». É a escola do amor, do conhecimento de Deus, do respeito à vida, à dignidade do homem. Essa pastoral é tanto mais importante, por ser a família objeto de tantas ameaças. Pensai nas campanhas favoráveis ao divórcio, ao uso de práticas anticoncetivas, ao aborto, que destroem a sociedade»⁷⁷.

A família é portanto uma comunidade de pessoas, e neste sentido é a primeira «sociedade» humana. Ela surge no momento em que se realiza o matrimónio que possibilita aos cônjuges uma vida repleta de amor e que se vai completar de uma forma plena com a geração dos filhos: é a «comunhão» dos cônjuges que dá início à comunidade familiar⁷⁸.

O livro do Génesis conduz-nos a esta verdade quando se refere à constituição da família mediante o matrimónio, refere assim «o homem deixará o pai e a mãe para se unir à sua mulher; e os dois serão um só carne». Também no Evangelho, Cristo, em

⁷³ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Lumen Gentium*, nº11, in VATICANO II, Constituições- Decretos-Declarações, Sinopse, Secretariado Nacional do Apostolado da Imprensa, Porto, 1968, 375.

⁷⁴ Cf. JOÃO PAULO II, *Carta às famílias*, Secretariado Geral do Episcopado, editora Rei dos Livros, 1994, 19.

⁷⁵ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium Spes*, A resposta da igreja aos problemas políticos e sociais de hoje, Editorial Promoção, Porto, 1974, 478-479.

⁷⁶ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Lumen Gentium*, in VATICANO II, Constituições-Decretos- Declarações, Sinopse, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Apostolado da Imprensa, Porto 1968, 372.

⁷⁷ Puebla. *Levangellizzazione nel presente e nel futuro deli America latina*, Bolonha, ed.EMI, 1979, p. 52 citado em A Família Cristã Problemas e perspectivas para os anos 80, Edições Paulinas, Sacavém 1981-75.

⁷⁸ Cf. JOÃO PAULO II, *Cartas às Famílias*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1994, 18.

diálogo com os fariseus diz as mesmas palavras mas acrescenta segundo Mt. 19,6 «Portanto, já não são dois, mas uma só carne. Pois bem, o que Deus uniu não o separe o homem».

No que se refere à educação, este documento começa por referir que quem tem o direito e o dever de educar são os pais. «O direito e o dever educativo dos pais qualifica-se como essencial, ligado como está à transmissão da vida humana; como original e primário, em relação ao dever educativo dos demais, pela unicidade da relação de amor que estabelece entre pais e filhos; como insubstituível e inalienável, o qual portanto, não pode ser totalmente delegado ou usurpado por outros»⁷⁹.

«Para além destas características, não se pode esquecer que o elemento mais radical, que qualifica o dever de educar dos pais é o amor paterno e materno, o qual encontra na obra educativa a sua realização ao tornar pleno e perfeito o serviço à vida. O amor dos pais de fonte torna-se alma e, portanto, norma, que inspira e guia toda a ação educativa concreta, enriquecendo-a com aqueles valores de docilidade, constância, bondade, serviço, desinteresse, espírito de sacrifício, que são o fruto mais precioso do amor Nesta ordem de ideias os pais devem educar os seus filhos para os valores essenciais da vida humana. O que se pretende, é que os filhos cresçam num determinado estilo de vida que se caracteriza pela simplicidade e austeridade chamando-lhes a atenção «que o homem vale mais pelo que é do que pelo que tem»⁸⁰.

Considerando que vivemos numa sociedade conflituosa e egoísta, devemos orientar os nossos filhos «no sentido da verdadeira justiça» respeitando desta forma «a dignidade pessoal de cada um» mas também «do sentido do verdadeiro amor, como solicitude sincera e serviço desinteressado para com os outros em particular os mais pobres e necessitados»⁸¹.

«A família é a primeira e fundamental escola de sociabilidade» Neste sentido, se poderá afirmar que «a comunhão e a participação quotidianamente vividas na casa, nos momentos de alegria e de dificuldade, representam a mais concreta e eficaz pedagogia para a inserção ativa, responsável e fecunda dos filhos no mais amplo horizonte da sociedade»⁸².

⁷⁹ JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica, *Familiaris Consortio*, A Família Cristã, Editorial A.O. ,Braga, 1981, 55.

⁸⁰ *Ibidem*, 56.

⁸¹ *Ibidem*, 56-57.

⁸² *Ibidem*, 57.

Ainda no âmbito da educação, Sua Santidade o Papa João Paulo II na carta dirigida às famílias, publicada no ano de 1994 consagrado como ano da família, considerava que a educação constitui um processo singular em que a comunhão das pessoas assume um grande significado, afirmando que a educação em sentido espiritual se pode considerar um verdadeiro apostolado, constituindo uma comunicação vital, e, estabelecendo assim uma relação profunda entre educador e educando.

Ainda no contexto da carta às famílias, João Paulo II afirma que «os pais são os primeiros e principais educadores dos próprios filhos e têm também neste campo uma competência fundamental: são educadores porque pais. Eles partilham a sua missão educadora com outras pessoas e instituições, tais como a igreja e o Estado; todavia, isto deve verificar-se sempre na correta aplicação do princípio da subsidiariedade. Este implica a legitimidade e mesmo o ónus de oferecer ajuda aos pais, mas encontra no direito prevalecente deles e nas suas efetivas possibilidades o seu limite intrínseco e intransponível. O princípio da subsidiariedade põe-se, assim, ao serviço do amor dos pais, indo ao encontro do seio do núcleo familiar»⁸³.

No âmbito da educação, a Igreja tem um papel específico a desempenhar, podendo dizer-se que não é questão apenas de confiar à mesma a educação religiosa e moral da pessoa, mas todo o processo educativo da pessoa faz-se juntamente com a Igreja. Como fazer? O primeiro dever é o de um testemunho autêntico de vida humana e cristã, dado que «A ação catequética da família tem um caráter particular e, num certo sentido, insubstituível. A educação na fé da parte dos pais manifesta-se já quando os membros de uma família se ajudam mutuamente a desenvolver-se na fé, graças ao seu testemunho cristão, muitas vezes silencioso, mas perseverante no ritmo de uma vida quotidiana, vivida segundo o Evangelho»⁸⁴.

3. Documento da sagrada Congregação para a educação católica

Na medida em que este documento contempla múltiplos e variados aspetos, este trabalho procura naturalmente privilegiar o ensino da Religião na escola.

Neste contexto, será importante referir que a educação faz parte integrante do Homem, pelo que as crianças e os jovens devem ter a possibilidade de desenvolver as próprias qualidades físicas, morais, intelectuais e espirituais. Neste sentido, a dimensão moral da pessoa não pode ser marginalizada assim como a dimensão religiosa, por isso,

⁸³ JOÃO PAULO II, *carta às famílias*, Secretariado Geral do Episcopado, editora Rei dos Livros, 1994, 68.

⁸⁴ EXORTAÇÃO APOSTÓLICA, *Catechesi tradendae*, nº 68.

o Concílio Vaticano II pediu e recomendou «a todos os que governam os povos ou orientam a educação, para que providenciem que a juventude nunca seja privada desse sagrado direito»⁸⁵. E ainda, «todos os cristãos que uma vez feitos nova criatura mediante a regeneração pela água e pelo Espírito Santo se chamam e são de facto filhos de Deus, têm direito à educação cristã»⁸⁶.

A educação necessita do contributo de vários sujeitos educativos. «Os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm a gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores»⁸⁷. No entanto, a família precisa de toda a sociedade mas, é sobretudo na escola que os pais encontram auxílio para a educação dos seus filhos. «É bela, portanto, e de grande responsabilidade a vocação de todos aqueles que, ajudando os pais no cumprimento do seu dever e fazendo as vezes da comunidade humana, têm o dever de educar nas escolas....»⁸⁸.

No seguimento desta temática, uma questão pertinente que se poderá colocar é a que se relaciona com as razões da inclusão do ensino da religião nas escolas.

Um dos principais fundamentos tem a ver com uma das funções essenciais da escola que se traduz na transmissão de maneira sistemática e crítica da cultura, considerando que «Esta transmissão não se faz só para conseguir que o aluno aumente os seus conhecimentos ou se inicie nos métodos de aprendizagem e de aplicação do saber aos problemas concretos, mas também para uma educação da pessoa, na sua capacidade de juízo e de decisão responsável»⁸⁹. Neste contexto, poder-se-á considerar que a formação religiosa poderá ser um fator de libertação e de humanização, podendo apresentar-se «como contributo essencial para a compreensão do Mundo, como abertura universal e realista aos problemas da humanidade, a formação religiosa é uma exigência imprescindível, porque fundamenta, dinamiza, desenvolve e completa a ação educativa da escola»⁹⁰.

Assim, constata-se que a formação religiosa se assume como imprescindível tendo em consideração uma série de objetivos que poderemos sintetizar da seguinte forma:

⁸⁵ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gravissimum Educationes*, Educação Cristã Formação Sacerdotal Vida Religiosa, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, 1985, 1.

⁸⁶ *Ibidem*, 2.

⁸⁷ *Ibidem*, 3.

⁸⁸ *Ibidem*, 5.

⁸⁹ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Igreja Educação Escola, Educar na fé hoje*, Edição do Secretariado Nacional da Educação Cristã, Gráfica Almedina, 1981, 120.

⁹⁰ *Ibidem*, 121.

- Ter em consideração o património cultural cristão da nossa sociedade. Nestes termos «a escola terá, pois, de transmitir o património cultural cristão, oferecendo às crianças e adolescentes, os elementos do meio ambiente da sua cultura. E deve poder oferecê-los, pelo menos aos crentes, com toda a sua verdade e realidade, quer dizer, por meio de uma apresentação crente dos mesmos»⁹¹.

- Procurar inserir-se na sociedade de forma crítica, considerando que «a religião como instância crítica da sociedade, exerce um papel essencial no desempenho desta imprescindível função escolar, em que também outras disciplinas certamente hão-de colaborar»⁹².

- Dar resposta ao sentido último da vida, com todas as suas implicações éticas «Esta dimensão religiosa não só traz uma resposta às perguntas mais radicais do homem, como lhe proporciona ainda uma axiologia, uma hierarquia de valores, atitudes que se traduzem em modos concretos de conduta e de convivência éticas. Dentro do conjunto das demais disciplinas e respetiva missão, a contribuição mais específica do ensino religioso, na formação escolar, é a resposta no sentido da vida, com as suas implicações éticas»⁹³.

Como conclusão, poder-se-á referir que «o ensino religioso na escola é, com toda a legitimidade sem detrimento da sua própria peculiaridade- uma matéria própria e rigorosamente escolar, equiparável às demais disciplinas, no rigor científico do seu conteúdo, no carácter formativo dos seus métodos e no significado educativo, dentro do conjunto do programa escolar»⁹⁴.

Outra questão pertinente que se poderá colocar, é a que se relaciona com o direito do aluno e dos pais ao ensino religioso, considerando que «a formação religiosa faz a integração dos valores de todas as outras disciplinas, fundamentando um projeto de vida coerente»⁹⁵.

Nesta conformidade, isto implica a necessidade de um diálogo interdisciplinar. Para além disto, torna-se evidente que o ensino religioso não se pode impor a ninguém, não podendo também ser negado uma vez que, tem de ser objeto de uma livre escolha⁹⁶.

⁹¹ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Igreja Educação Escola, educar na fé hoje*, Edição do Secretariado Nacional da Educação Cristã, Gráfica Almedina, 1981-121.

⁹² *Ibidem*, 122.

⁹³ *Ibidem*, 122.

⁹⁴ *Ibidem*, 122-123.

⁹⁵ *Ibidem*, 123.

⁹⁶ *Ibidem*, 123.

Nestes termos poder-se-á considerar que «a fé cristã é uma interpelação à liberdade do homem. Por sua própria natureza, o ensino religioso cristão pressupõe a liberdade da fé. A resposta à mensagem cristã é sempre uma adesão livre, uma anuência responsável à Palavra de Deus e, por isso mesmo, um ato de fidelidade à própria consciência»⁹⁷.

Considerando que è da responsabilidade dos pais dos alunos a forma de educação religiosa dos seus filhos nos termos da *Dignitatus Humanae*, Declaração do Concílio Vaticano II sobre a liberdade religiosa e que a mesma se assume como um direito fundamental da criança e do adolescente «não se garante, de facto, o pleno respeito pelo princípio da liberdade religiosa, se os centros docentes não facilitam o ensino religioso a quem o deseja»⁹⁸.

Uma questão importantíssima que este trabalho não poderia deixar de analisar, é a que se relaciona com o direito ao ensino religioso num Estado não confessional. Isto tem a ver com o facto de não competir ao Estado pronunciar-se sobre as verdades supremas e o significado da vida humana, pelo respeito pelas decisões do homem em matéria de fé, uma vez que se trata de matéria que não pode nem deve ser decidida pelo Estado nem pelos partidos políticos. Esta tarefa é da competência das várias comunidades religiosas, conforme escreveu Sua Santidade o Papa Paulo VI na sua Encíclica *Octogesima Adveniens* que «cabe aos grupos estabelecidos por vínculos culturais e religiosos - dentro da liberdade que corresponde aos seus membros - desenvolver no grupo social, de maneira desinteressada e por seus próprios meios, estas convicções supremas sobre a natureza, a origem e o fim do homem e da sociedade»⁹⁹.

Será que a religião tem suficiente importância no contexto da sociedade atual, e constitui em si mesma um conteúdo com dignidade para que deva ser ensinado nas escolas públicas?

A resposta a esta questão não se afigura fácil, mas sempre se poderá adiantar que «se o ensino da religião responde à necessidade de descobrir um (que seja) valor fundamental, não é racional que a assistência dos alunos seja mais livre do que a de qualquer outra disciplina fundamental. Aliás, aqueles que não assistam são vítimas de um currículo menos humano, de posições de doutrinação (não melhores do que o pior ensino religioso), e do doutrinação assumido pelos responsáveis dos programas.

⁹⁷ Igreja Educação e Escola, *educar na fé hoje*, Edição do Secretariado Nacional da Educação Cristã, Gráfica Almedina, 1981, 123.

⁹⁸ *Ibidem*, 124.

⁹⁹ PAULO VI, *Octogésima Adveniens*, nº 25.

Finalmente, os requisitos de «não doutrinação» e «democracia» implicam, para além da fundamentação crítica, o pluralismo como atitude, traduz-se no respeito e não-isolação; cognitivamente, traduz-se na investigação do consenso ou bases comuns, que permitam (e não só aos grupos mais representativos) a consolidação de fundamentos para a caminhada religiosa de cada qual»¹⁰⁰.

Tendo em consideração que a escola é uma criação da sociedade com vista a responder a um dos direitos fundamentais do ser humano que é o direito à educação e à cultura, esta deve ser estruturada de forma a colaborar com as famílias na árdua tarefa de educar os jovens. De acordo com o exposto, o Estado deve assim garantir a pluralidade do ensino para todos os cidadãos, independentemente dos grupos sociais a que pertençam, para além de assumir a óbvia obrigação de garantir uma formação religiosa a todos os cidadãos que a desejem, considerando que os direitos inalienáveis da sociedade são anteriores ao do próprio Estado¹⁰¹.

Outra questão pertinente que se coloca neste contexto, é a que se relaciona com a confusão que por vezes se estabelece entre os planos religioso e político, considerando que «alguns desejariam fazer da escola, um instrumento de captação para as diversas ideologias políticas, procurando situar as filosofias político-sociais no mesmo plano que a religião. Pertencem contudo a ordens de conhecimento muito distintos, ainda que em alguns pontos possa haver zonas de confluência»¹⁰².

Antes de concluir este capítulo gostaria de referir que «a religião não se pode separar da ética, na medida em que está em jogo aquilo que «mais vale a pena». Se a única fundamentação capaz para os valores é a religião, a razão de ser humana da religião radica no fundamental, *vale a pena*, sem o qual *a vida não vale a pena*»¹⁰³.

Gostaria de salientar que no que se refere à educação religiosa, esta tem como principal objetivo a transmissão de valores religiosos essencialmente através do testemunho de vida.

Considerando que ninguém pode viver sem valores, constata-se que só aqueles que consciente e esclarecidamente podem escolher os ideais, constroem a sua vida e se podem considerar pessoas verdadeiramente livres.

¹⁰⁰ Manuel ALTE, *Filosofia da Educação e Aporias da Religião*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988, 378.

¹⁰¹ Cf. Igreja Educação Escola, *educar na fé hoje*, Edição do Secretariado Nacional da Educação Cristã, Gráfica Almedina, 1981, 125-126.

¹⁰² PAULO VI, *Octogésima Adveniens*, nº 50.

¹⁰³ Manuel VEIGA,, *Filosofia da Educação, e Aporias da Religião, a problemática do ensino religioso*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988.

Até há poucos anos atrás, existia na sociedade uma escala de valores aceite com alguma normalidade pela maioria da população que assentava essencialmente em quatro grandes pilares: na Igreja, na família, na escola e no Estado. A situação atual alterou-se profundamente, tendo em consideração as constantes mutações da sociedade e a criação de contra-valores como o consumismo, as novas tecnologias e outros, abalando profundamente a influência educativa que aquelas instituições detinham na transmissão de valores¹⁰⁴.

Tendo em consideração que é no seio da família que se inicia a educação dos jovens, será pertinente refletir sobre a solidez da mesma na sociedade atual. Com efeito, desde os primórdios do século passado e com particular incidência no período imediatamente subsequente à segunda Guerra Mundial, que a instituição «família» começou a perder a sua fundamental importância como célula da nossa sociedade, nomeadamente com o aumento exponencial dos divórcios e dos filhos nascidos fora do casamento, entre outras causas.

Estes factos, conjugados com uma cada vez maior laicização e materialismo da sociedade, levaram a uma evidente desestruturação das famílias com fortíssimos reflexos na educação, na medida em que influenciam decisivamente o comportamento e o aproveitamento dos alunos. Assim, não será de estranhar que os alunos mais problemáticos, sejam normalmente provenientes de famílias completamente desestruturadas, atingidas pela miséria, pela pobreza, pelo desemprego, pelo alcoolismo, das famílias monoparentais e por vezes com um dos pais ausentes.

Uma questão importantíssima, e extremamente atual em relação à qual se deve naturalmente refletir, é a que se relaciona com a questão do direito inalienável do ser humano à educação, independentemente da sua raça, religião, sexo, cultura, etnia ou outra.

A grande interrogação que se coloca neste momento, em pleno século XXI, é se esse direito fundamental do ser humano é respeitado em todas as sociedades contemporâneas. Infelizmente, a resposta è negativa tendo em consideração que, nas sociedades onde impera o fundamentalismo islâmico e as minorias religiosas são implacavelmente perseguidas, a educação é negada a uma parte substancial da população, nomeadamente às mulheres que são muitas vezes perseguidas e mortas, «condenadas» pelo «gravíssimo crime» de apenas pretenderem exercer um direito universalmente consagrado.

¹⁰⁴ Igreja, Educação Escola, *Educar na fé hoje*, Edição do Secretariado da Educação Cristã, Lisboa, 1981,45.

Para concluir, restará apenas apontar como infelizes exemplos do anteriormente referido, as atrocidades praticadas pelos movimentos Talibans no Afeganistão e no Paquistão, as maldades e monstrosidades a que temos assistido no Iraque e na Síria perpetrados pelo auto designado «Estado Islâmico» e os gravíssimos atentados à dignidade humana, à educação e à cultura com os raptos de meninas em idade escolar levados a cabo pelo movimento fundamentalista islâmico do Boko Haram, no norte da Nigéria, que como se sabe, se opõe terminantemente à educação das mulheres¹⁰⁵.

Considerando que o ensino da Religião nas Escolas constitui um dos aspetos mais importantes do direito dos alunos à educação, então poder-se-á considerar que a formação moral e ética que a mesma transmite, poderá constituir um importantíssimo contributo para a melhoria do Ser Humano e conseqüentemente da própria sociedade. Com efeito, a escola católica está indelevelmente ligada à hierarquia da Igreja, que naturalmente garante os sãos princípios da fé católica e a retidão e probidade dos professores que ministram esse ensino.

Muito embora o ensino da religião nas escolas se insira na missão evangelizadora da Igreja Católica, ele não deve nem pode ser confundido com a catequese ministrada nas várias paróquias, uma vez que são substancialmente diferentes os métodos de ensino bem como a sua finalidade. Com efeito, este visa enriquecer o sentido humanista e a cultura dos jovens, bem como habilitá-los a descobrir o bem e aprender a assumir responsabilidades, a apurar o seu sentido crítico, a respeitar o passado para melhor compreender o presente, e, a projetar-se conscientemente para enfrentar o futuro.

Como se sabe, os valores religiosos ensinados na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, estão intimamente ligados a valores morais e éticos fundamentais na sociedade, tais como: a lealdade, a retidão, a justiça, a solidariedade, o perdão, a integridade, a honra, a humildade, a paz, a fraternidade, a honestidade, a transparência, a caridade e outros.

Uma questão importantíssima que deve ser referida, é a que se relaciona com os malefícios da marginalização do ensino de Educação Moral e Religiosa Católica nas escolas, induzida por fundamentalismos ideológicos, religiosos ou outros, que podem provocar graves prejuízos para os alunos e suas famílias, na medida em que um adequado ensino religioso completa a formação integral do aluno, tendo em consideração que esta questão se insere no princípio básico de liberdade religiosa e no conceito de Estado democrático.

¹⁰⁵ Consultado em https://pt.wikipedia.org/wiki/Boko_Haram nodia 1 de Junho de 2015.

Outro aspeto extremamente relevante que não pode ser esquecido, é o que se relaciona com a não obrigatoriedade da frequência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica nas escolas, que deveria ser repensada, e, dentro dos possíveis e dos condicionalismos que se colocam, tentada a sua transformação em disciplina obrigatória, com a sua média integrada na nota final, em plena igualdade com as demais disciplinas.

Na sequência no referido no ponto anterior, e, tendo em consideração o facto de a frequência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ser facultativa, cabe aos professores elaborar estratégias extremamente apelativas no sentido de motivar os alunos, e induzi-los a optar por uma disciplina que, embora facultativa, se assume como fundamental no Sistema Educativo Português¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Igreja Educação Escola, educar na fé hoje*, Edição do Secretariado Nacional da Educação Cristã, Gráfica Almedina, 1981, 100-105.

CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA E DIDÁTICA EM CONTEXTO ESCOLAR

Neste capítulo, procurar-se-á fazer uma breve abordagem à Educação Moral e Religiosa Católica e a sua relação com a Educação integral, e ao mesmo tempo, a descrição pedagógico-didática da lecionação da unidade letiva à turma três do quinto ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches.

1. Educação Moral e Religiosa Católica e a Educação integral

A Conferência Episcopal Portuguesa elaborou uma carta no ano de 2006, no seguimento de outra elaborada quatro anos antes, relativamente à temática da escola, pondo o acento tónico na identidade da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, considerando que esta aporta um valioso contributo para a educação integral do aluno.

Tal documento intitulado «Educação Moral e Religiosa Católica - um valioso contributo para a formação da personalidade»¹⁰⁷, realça a importância que a Igreja Católica atribui à escola através da disciplina de Educação Moral, que embora de carácter facultativo, integra o Sistema educativo oficial de Portugal, abrangendo os ensinamentos básico e secundário.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica é legitimada pelo artigo 19º da Concordata de 2004, estabelecida entre a Santa Sé e a República Portuguesa¹⁰⁸, proporcionando aos alunos uma abordagem cristã do mundo e do ser humano.

Neste contexto, a Conferência Episcopal Portuguesa salienta o alcance cultural e o valor educativo da disciplina de Educação Moral, tendo em consideração o pensamento do Papa João Paulo II de «formar personalidades ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a própria liberdade»¹⁰⁹.

¹⁰⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica*. Um valioso contributo para a formação da personalidade. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

¹⁰⁸ Cf. *Ibidem.*

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem.*

A família é sem dúvida, o agente mais importante da Educação Moral em quase todas as sociedades. É ela certamente, que influencia em primeiro lugar e particularmente as crianças.

Todos os pais devem ter a consciência da importância da dimensão religiosa para a educação dos seus filhos, e, devem ser responsáveis para que os alunos se inscrevam na disciplina¹¹⁰. A escola deveria abordar a sua missão de Educação Moral seguindo um processo maduramente refletido que, seja qual for a forma que revista, seja o fruto de uma escolha educativa deliberada. Tal escola, poderá decidir por exemplo, que o melhor é proceder indiretamente em vez de transmitir, pura e simplesmente, um ensinamento moral; mas, para isso, é indispensável que tal decisão seja tomada com conhecimento de causa e que o seu valor seja julgado pelos resultados¹¹¹.

2. Conceção e Conceptualização da Unidade Letiva

Desde o início do ano 2012 que o currículo do ensino básico –competências essenciais¹¹² deixou de ser a base orientadora do ensino básico em Portugal, uma vez que o mesmo foi revogado pelo Despacho nº 17169/ 2011 de 23 de Dezembro de 2011¹¹³.

Nestes termos, este Despacho veio recentrar a aquisição de conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem, em detrimento das competências essenciais.

Assim, o desenvolvimento do currículo de cada disciplina, passa a ter como referência «os objetivos curriculares e conteúdos de cada programa oficial e pelas metas de aprendizagem de cada disciplina»¹¹⁴ com o objetivo de dar mais ênfase à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades dos alunos.

Este Despacho, substituiu o Decreto lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001, que colocava no centro do processo ensino-aprendizagem, o conjunto de competências a adquirir pelos alunos através de um processo contínuo, marcado pelas experiências de aprendizagem orientadas para esse fim¹¹⁵.

¹¹⁰ Cf. *Ibidem*.

¹¹¹ *A Educação Moral e Religiosa Católica*. Um valioso contributo para a formação da personalidade. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

¹¹² Consultado em <http://www.dgide.min-edu.pt/ensinobasico/index> no dia 1 de maio de 2015.

¹¹³ Cf. Ministério da Educação e Ciência, Despacho nº17169/20011 de 23 de Dezembro de 2011 in Diário da República, 2ª Série-nº 245- 23 de dezembro de 2011.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Cf. Decreto-Lei nº6/2001 de 18 de Janeiro de 2001 in Diário da República, 1ª série-A-nº15-18 de Janeiro de 2001.

O Despacho anteriormente referido, considera que o documento que regulou o ensino básico entre os anos 2001 e 2011, menorizou um pouco o papel do conhecimento e da sua transmissão, considerando que os objetivos pelo mesmo propostos são um pouco vagos e difíceis de atingir. Neste sentido, o atual Despacho aponta para a existência de um currículo privilegiando os conteúdos temáticos, o conhecimento essencial e a compreensão da realidade, em ordem a tornar os alunos adultos responsáveis e a assumirem o seu lugar na sociedade.

A preparação da lecionação da unidade letiva três do quinto ano de escolaridade «A família, comunidade de amor» foi naturalmente iniciada com uma rigorosa escolha dos conteúdos integrantes desta unidade, baseada como não podia deixar de ser no programa¹¹⁶ da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Será pertinente referir que, esta unidade letiva, embora correspondente ao sexto ano, foi lecionada no quinto, tendo em consideração que, no novo programa, esta unidade irá transitar para o quinto ano já a partir do próximo ano letivo.

Após aprofundada análise dos conteúdos programáticos, foram os mesmos convenientemente adaptados aos alunos constituintes da turma cinco do quinto ano, tendo sido planificados para cinco aulas de quarenta e cinco minutos.

Neste contexto, foram utilizados os mais diversos recursos e metodologias didático-pedagógicas, com o objetivo de induzir um excelente aproveitamento no âmbito do processo ensino-aprendizagem.

Desde o início do ano 2012 que o currículo do ensino básico –competências essenciais¹¹⁷ deixou de ser a base orientadora do ensino básico em Portugal, uma vez que o mesmo foi revogado pelo Despacho nº 17169/ 2011 de 23 de Dezembro de 2011¹¹⁸.

Nestes termos, este Despacho veio recentrar a aquisição de conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem, em detrimento das competências essenciais.

Assim, o desenvolvimento do currículo de cada disciplina, passa a ter como referência «os objetivos curriculares e conteúdos de cada programa oficial e pelas metas

¹¹⁶ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007.

¹¹⁷ Consultado em <http://www.dgide.min-edu.pt/ensinobasico/index> no dia 1 de maio de 2015.

¹¹⁸ Cf. Ministério da Educação e Ciência, Despacho nº 17169/20011 de 23 de Dezembro de 2011 in *Diário da República*, 2ª Série-nº 245- 23 de dezembro de 2011.

de aprendizagem de cada disciplina»¹¹⁹ com o objetivo de dar mais ênfase à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades dos alunos.

Este Despacho, substitui o Decreto lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001, que colocava no centro do processo ensino-aprendizagem, o conjunto de competências a adquirir pelos alunos através de um processo contínuo, marcado pelas experiências de aprendizagem orientadas para esse fim¹²⁰.

O Despacho anteriormente referido, considera que o documento que regulou o ensino básico entre os anos 2001 e 2011, menorizou um pouco o papel do conhecimento e da sua transmissão, considerando que os objetivos pelo mesmo propostos são um pouco vagos e difíceis de atingir. Neste sentido, o atual Despacho aponta para a existência de um currículo privilegiando os conteúdos temáticos, o conhecimento essencial e a compreensão da realidade, em ordem a tornar os alunos adultos responsáveis e a assumirem o seu lugar na sociedade.

No contexto das novas orientações gerais já referidas, O Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC) apresentou em Julho de 2013 as novas metas de aprendizagem, tendo divulgado o novo programa de Educação Moral e Religiosa Católica no fórum realizado em 25 e 26 de Janeiro de 2014 subordinado ao tema Metas Curriculares de Educação Moral e Religiosa Católica, Estrutura, Desafios¹²¹.

Assim, as planificações das aulas integradas na unidade letiva «A família, comunidade de amor» foram desenvolvidas em conformidade com o novo programa da disciplina anteriormente referido.

3. Apresentação da Escola

O Agrupamento de Escolas Dr Francisco Sanches é composto por uma rede de sete escolas: Escola Dr. Francisco Sanches (2º e 3º ciclos); Escola Básica de S. Vitor, EBI da Misericórdia, EBI/JI Quinta da Veiga, EBI/JI Bairro da Alegria, EBI/JI das Enguardas (1º ciclo, as últimas três com 1º ciclo e pré-escolar) e Jardim de Infância das Fontes.

Todas estas Escolas se localizam nas freguesias de S Vitor e São Vicente, sendo importante referir que todas se situam numa zona com uma grande densidade

¹¹⁹ *Ibidem.*

¹²⁰ Cf. Decreto-Lei nº6/2001 de 18 de Janeiro de 2001 in Diário da República, 1º série-A-nº15-18 de Janeiro de 2001.

¹²¹ Forum realizado em Fátima no Centro Pastoral Paulo VI nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2014.

populacional integrando partes muito antigas da cidade, bairros sociais e também uma zona comercial¹²².

Será de salientar que uma grande parte dos alunos são provenientes de famílias de pobre condição económica e financeira. Tais carências socioeconómicas são bastante evidentes tendo em consideração que cerca de cinquenta por cento carecem de apoio da Ação Social Escolar (ASE).

Para além disso, poder-se-á acrescentar que grande parte dessas famílias são afetadas por desemprego, alcoolismo, toxicodependência, baixo grau de escolarização, e, pequenos grupos de estrangeiros e de etnia cigana, o que levou à necessidade de definir estratégias de integração.

Tendo em consideração tais situações, definiu-se o Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP)¹²³ que procura tomar medidas no sentido de promover o sucesso educativo. Neste sentido, o Projeto Educativo apresenta «Uma Escola para a Cidadania» e «Uma Escola de Qualidade».

No que se refere ao edifício da escola Dr. Francisco Sanches onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada, o mesmo encontra-se em fase de recuperação, dado que nos anos letivos de 2012/2013 e 2013/2014 a escola ocupou um edifício muito antigo e um pouco degradado sendo importante frisar que este possuía uma capacidade bastante inferior à utilizada. O Projeto Educativo considera esta fase transitória e toda a comunidade escolar tem mostrado uma certa compreensão o que facilita o trabalho de todos.

4. Caracterização da Turma de Estágio

A turma três do quinto ano que me foi atribuída é constituída por vinte e três alunos, sendo quinze rapazes e oito raparigas, sendo de registar que estão inscritos em Educação Moral e Religiosa Católica vinte alunos. Será curioso constatar que não há qualquer conhecimento oficial que os restantes alunos que não frequentam a disciplina possam professar outras confissões religiosas.

¹²² Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR FRANCISCO SANCHES, *Projeto Educativo*, Braga, 2014.8.

¹²³ O Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária foi criado pelo despacho nº 147-B/ME/96 de 1 de Agosto e foi implementado em 137 agrupamentos, distribuídos pelas cinco Direções Regionais de Educação.

Para além disso será ainda de referir que dois alunos têm necessidades educativas especiais, e, no que se refere à idade dos mesmos, ela situa-se naturalmente entre os dez e os onze anos.

Relativamente ao aspeto sócio económico destacam-se sete alunos que pertencem ao escalão A, sendo de referir que a turma tem um delegado, um sub-delegado e um representante dos encarregados de educação.

O encarregado de educação de nove alunos é o pai, enquanto dos restantes catorze é a mãe. Relativamente às habilitações académicas dos pais situam-se entre a escolaridade obrigatória e o grau de licenciatura. Todos os alunos têm nacionalidade portuguesa à exceção de uma aluna que é brasileira. Será de referir que um aluno é repetente.

O contacto com a turma limitou-se a cinco aulas de quarenta e cinco minutos mas constatei que se trata de um grupo bastante participativo e que manifesta interesse nos conteúdos apresentados. Na medida que todos querem participar isso provoca uma certa desordem na aula o que se resolve facilmente com a chamada de atenção dos alunos.

5. Planificação da Unidade Letiva

O tema que tratei na Unidade letiva «A família, comunidade de amor» é um assunto muito vasto e complexo, e tendo em linha de conta as metas e objetivos do programa, procurei adaptar os conteúdos aos cinco tempos letivos de quarenta e cinco minutos que tinha para o trabalho com a turma. Houve pois necessidade de selecionar os conteúdos a desenvolver que me permitissem alcançar os objetivos propostos.

No decurso da elaboração da planificação, não me limitei apenas a usar o manual da disciplina, tendo também recorrido a vídeos que de certa forma beneficiaram o processo de ensino-aprendizagem.

Numa fase inicial, comecei por dedicar a primeira aula à definição do conceito de família e à análise dos diferentes tipos de família, tendo como objetivo a assimilação deste conceito pelos alunos, bem como da sua diversidade.

Na segunda aula, e, na sequência da primeira, o importante era conseguir que os alunos percebessem o que significava a palavra «parentesco» e, para isso, considerei que a árvore genealógica mostrava de uma forma extramamente clara como se chegava à sua definição.

Numa terceira aula, foi considerado fundamental mostrar aos alunos quais as principais funções da família. Para isso foi usado um CD do manual do professor, que

conjuntamente com um profícuo diálogo com os alunos, levou a que os objetivos fossem integralmente cumpridos.

Na quarta aula pretendia-se com a mensagem bíblica identificar o projeto de Deus para a família e como tal apresentei a Família de Jesus como sendo a família modelo. Nesta conformidade foi lida a passagem bíblica Lc. 2,41-52 tendo a mesma sido interpretada por todos.

Relativamente à quinta aula, considerando que era a última da unidade letiva e que tratava uma questão importantíssima que é o papel dos idosos na família, procurei sensibilizar os alunos para esta temática que, como se sabe, se trata de um assunto extremamente pertinente e atual.

A prática pedagógica da unidade letiva realizou-se às terças feiras das onze horas e quarenta e cinco minutos às doze horas e trinta. Considerando que existe um intervalo de quinze minutos antes do início da aula, isso permite ao professor a preparação de todo o espaço para a realização da mesma, bem como preparar o computador e os restantes meios para que a aula decorra dentro do que foi previamente planeado. Será de referir que a sala de aula possui uma correta disposição, não havendo necessidade de qualquer alteração ou modificação.

6. Início da unidade letiva

Considerando que esta foi a primeira aula, um dos principais objetivos, terá necessariamente de passar pelo conhecimento dos alunos e, pela criação de uma boa relação pedagógica com os mesmos. Apesar de já se ter procedido às convenientes apresentações, a professora teve o cuidado de aguardar pelos alunos à porta da sala de aula, procurando que os mesmos se sentassem de forma ordeira, sendo-lhes transmitidas algumas regras básicas de comportamento que os alunos acolheram de forma silenciosa.

Passando à fase seguinte da aula, a professora escreveu o sumário no quadro, certificando-se que os alunos o transcrevessem no seu caderno diário.

Posteriormente, em diálogo horizontal e vertical, procurou-se que os alunos se expressassem sobre os diferentes tipos de famílias que conheciam. Toda a turma se mostrou muito interventiva, procurando a professora apontar pistas que induzissem as respostas pretendidas, o que foi manifestamente conseguido.

O passo seguinte, consistiu na projecção de algumas fotografias relativamente às quais a professora solicitou à turma a distinção daquelas que formavam uma família das que não formavam. (anexo1)

Considerando que o objectivo principal neste contexto seria chegar à definição de família, todos os alunos com a ajuda da professora, atingiram com alguma facilidade o objectivo pretendido, sendo então escrito no quadro a definição de família, e seguidamente transposta para o caderno diário de cada um dos alunos.

Tendo ainda como exemplo as fotografias anteriormente referidas, a professora procurou que os alunos identificassem os vários tipos de famílias nelas representadas. Através de um diálogo muito frutuoso, concluiu-se pela existência de agregados não conjugais, agregados conjugais simples, agregados familiares alargados, agregados familiares múltiplos, famílias mono parentais, bi-parentais e numerosas, sendo todos estes conceitos transpostos pelos alunos para o seu caderno diário, dando-se então por concluída esta primeira aula.

Considerando que a participação da turma foi muita efetiva e que os alunos se mostraram bastante interventivos, será de registar que a planificação foi integralmente cumprida.

- **Aspetos mais conseguidos**

1. Correta articulação dos conteúdos, o que permitiu que os alunos participassem com bastante empenho;
2. Boa gestão do tempo letivo;
3. Uma excelente relação pedagógica;
4. Uma correta linguagem científica;
5. Bom poder de adaptação a situações imprevistas aproveitando as intervenções dos alunos;
6. Induzir uma boa participação de todos os alunos;
7. Procurar que os conhecimentos transmitidos fossem úteis aos alunos na sua vida quotidiana.

- **Aspectos menos conseguidos**

1. Aula um pouco expositiva, apesar de a professora ter usado o projetor com algumas fotografias;
2. Um pouco de exagero na chamada de atenção para os alunos fazerem silêncio na sala de aula;
3. Excessivo enfoque no cumprimento da planificação em prejuízo da intervenção de todos os alunos.

A segunda aula iniciou-se, como é normal, com o acolhimento dos alunos à porta da sala. Posteriormente a professora escreveu o sumário no quadro, convidando os alunos a transcreverem o mesmo para o seu caderno diário.

Imediatamente a seguir, foi apresentado o tema da aula relacionado com a construção de uma árvore genealógica.(anexo2) Dado ser uma novidade para os alunos, foi sucintamente explicado o significado da árvore.

A título de exemplo, a professora fez a construção da sua própria árvore genealógica, ao mesmo tempo que foi questionando os alunos, incentivando-os a prestar a sua colaboração e a certificar-se também que os mesmos estavam a compreender e a acompanhar a matéria lecionada.

Neste contexto, poder-se-á referir que o interesse dos alunos foi notório e evidente, constatando-se no entanto, uma pequena agitação perfeitamente compreensível considerando a hora da aula (doze horas), a óbvia saturação dos alunos e o natural apetite para o almoço.

Após a conclusão da árvore genealógica, a professora sugeriu que os alunos elaborassem a sua própria árvore, fazendo a entrega de uma folha de papel a cada aluno.

À medida que a aula decorreu, e, através de um constante diálogo com os alunos, são introduzidos os vários conceitos de laços de parentesco, nomeadamente os relacionados com o sangue, com a afinidade, a adoção e outros.

A participação dos alunos foi muito interessante, com toda a turma a procurar desenhar a sua própria árvore genealógica, e, a avaliar pelos trabalhos de alguns, a professora ficou com a certeza que todos tinham compreendido e assimilado toda a matéria, sendo de considerar ainda que vários elementos da turma foram muito além daquilo que lhes era solicitado.

Como o meu objetivo era induzir a turma a chegar a uma definição de «parentesco», fui dialogando com os alunos e apontando pistas.

Considerando que houve uma elevadíssima participação e uma ativa intervenção dos alunos, o tempo foi naturalmente escasseando, não tendo a professora conseguindo cumprir rigorosamente a planificação, no que se refere à elaboração de uma ficha de trabalho (ficha nº25), sendo no entanto de referir que a mesma constava da planificação da unidade, caso houvesse disponibilidade de tempo, o que não aconteceu.

- **Aspetos mais conseguidos**

1. Uma excelente relação pedagógica aluno/professor e professor/ aluno;
2. Boa assimilação dos alunos relativamente à temática desenvolvida;
3. No plano científico considero que houve um bom domínio dos conteúdos;
4. Originalidade das estratégias utilizadas;
5. Boa adaptação ao universo dos alunos e ao ambiente da turma;
6. Forte motivação e boa intervenção dos alunos;
7. Boa gestão do tempo letivo.

- **Aspetos menos conseguidos**

1. Distribuição aos alunos de uma folha em branco em vez de uma com uma árvore pré-elaborada. No entanto, considero que esta opção foi preferível, dado permitir aos alunos uma maior criatividade;
2. Demasiada exigência em termos de disciplina, nomeadamente no que se refere ao ruído na aula, havendo no entanto que ter em conta a idade dos alunos (dez/onze anos);
3. Aula com um conteúdo um pouco expositivo, sendo no entanto de referir que o próprio tema induz uma componente um pouco mais expositiva.

A terceira aula iniciou-se tal como as anteriores com o acolhimento dos alunos à porta da sala. Depois de todos sentados, a professora começou por dar as boas vindas a todos os alunos, e procurar saber se estavam todos com boa disposição.

Seguidamente, foi escrito o sumário no quadro, sendo dadas instruções aos alunos para, como é habitual, procederem ao seu registo no caderno diário.

Considerando que a temática da aula, se relacionava com as funções da família e dos seus membros, a professora começou por inquirir os alunos relativamente à mesma temática, havendo uma elevada participação, com respostas curiosas e bastante pertinentes.

Imediatamente a seguir, foi projetado um vídeo integrado num CD (anexo3) constante do manual do professor, tendo sido seguido pelos alunos com toda a atenção e com observação de total silêncio.

Após a sua projeção, a professora em diálogo horizontal e transversal, procurou que fossem identificadas algumas funções da família.

Como a turma é constituída por alunos muito interessados, constatou-se uma

grande prontidão nas respostas, não só relativamente ao que tinha sido transmitido no vídeo, como também relativamente a outras situações análogas, tendo a professora ficado com a nítida sensação de que todos os alunos estavam a entender a matéria da aula, e ao mesmo tempo que iam de encontro aos objetivos que se pretendiam.

Nesta conformidade, à medida que os alunos iam debatendo o tema, a professora convidava-os a registarem no seu caderno diário todas as questões entendidas como mais relevantes.

A principal preocupação da docente, foi estabelecer um fio condutor da aula, uma vez que se tratava de conceitos que se prestavam ao diálogo.

Depois de explanada toda esta temática, e considerando que na planificação da aula estava prevista a elaboração de uma ficha de trabalho(anexo4), foi a mesma apresentada aos alunos, uma vez que havia ainda tempo disponível para o efeito.

O objetivo, era tentar perceber se os mesmos tinham captado plenamente tudo o que tinha sido analisado, tendo-se aproveitado a oportunidade para diversificar um pouco a aula, atendendo ao facto de à hora da mesma os alunos estarem já um pouco saturados, e com algumas óbvias dificuldades de concentração.

- **Aspetos mais conseguidos**

1. Foi cumprida a planificação;
2. Uma boa relação pedagógica;
3. Forte motivação por parte dos alunos;
4. Estes atingiram os objetivos propostos manifestando uma boa assimilação dos conteúdos.

- **Aspetos menos conseguidos**

1. A turma um pouco agitada;
2. A aula um pouco expositiva.

Na quarta aula desta unidade letiva, o que se pretendia era relacionar a família de Jesus Cristo com o contexto económico, social e político do seu tempo.

A professora iniciou a aula com o habitual acolhimento á porta da sala.

Depois de todos os alunos convenientemente sentados, a professora ao mesmo tempo que os saudou, questionou-os sobre a sua disposição.

Numa fase seguinte, foi escrito o sumário no quadro, tendo sido prestada toda a atenção para que todos o passassem para o caderno diário.

Como na última aula tinha sido apresentada uma ficha de trabalho relacionada com o tema da presente aula, e como não tinha sido ainda terminada, procedeu-se então à sua conclusão.

Foi importante constatar, que todos os alunos a tinham concluído em sua casa, o que demonstra um particular interesse pela disciplina, que apraz registar e louvar.

Posto isto, a professora em constante diálogo com os alunos, procurou contextualizar geograficamente a Palestina (anexo5), também denominada «Terra Santa», tendo sido em seguida projetado um vídeo intitulado «A Palestina, terra onde Jesus nasceu» integrado no manual do professor. (anexo 6)

Será de referir que, todos os alunos assistiram à projeção com muito interesse e sob profundo silêncio, tendo a professora imediatamente a seguir, em diálogo horizontal e vertical questionado os alunos relativamente à visualização do mesmo vídeo, tendo-se constatado que todos se mostraram extraordinariamente atentos e fortemente empenhados.

Depois de devidamente aprofundada a temática sobre a primeira parte da aula, seguiu-se uma leitura de um texto bíblico, concretamente Lucas. 2,41-52(anexo7) que foi lido por alguns alunos em voz alta.

Após esta leitura, a professora em diálogo permanente com os alunos, procurou fazer uma análise crítica do texto, visando identificar alguns valores associados à Família de Nazaré, nomeadamente, preocupação, acolhimento, união, respeito, diálogo, obediência, alegria e partilha. Neste contexto, foram seguidamente aconselhados os alunos a transcreverem estes importantes valores para o seu caderno diário.

O objetivo principal da docente foi induzir os alunos a perceber que as famílias ditas «normais» deveriam seguir a conduta da família de Nazaré, nomeadamente no que se refere aos princípios e valores morais e éticos.

Nos momentos finais da aula, foi distribuída uma ficha de trabalho relacionada com a temática lecionada e como consolidação de conhecimentos adquiridos. (anexo8)

Apesar do reduzido tempo ainda disponível, todos os alunos conseguiram concluir a ficha, tendo-se ainda procedido à correção da mesma.

Constatou-se que todos se mostraram extremamente interessados, o que se pode considerar bastante importante, considerando que esta ficha foi elaborada com o intuito de aliar o aspeto científico ao aspeto lúdico.

- **Aspetos mais conseguidos**

1. Uma boa relação pedagógica professor/aluno e aluno/professor;
2. Boas estratégias utilizadas;
3. Boa condução dos alunos em direção aos objetivos pretendidos;
4. Boa capacidade de diálogo com todos os alunos sem exceção;
5. Otimização da intervenção dos alunos em ordem a aumentar o seu aproveitamento.

- **Aspetos menos conseguidos**

1. Apesar da boa diversificação da aula, há que reconhecer que a mesma foi demasiadamente expositiva, com alguma inflação de conteúdos;
2. Nesta conformidade entendo que poderia ter utilizado estratégias um pouco mais apelativas;
3. No que se refere à ficha de trabalho, a mesma poderia ter sido um pouco melhorada nomeadamente na sua grafia e apresentação.

Na quinta aula, a professora começou por acolher os alunos à porta da sala. Depois de todos sentados, e, como é sempre habitual, a docente cumprimentou-os.

Seguidamente, e, de acordo com a temática da aula, foi distribuída uma ficha de leitura com o título de «a tigela de madeira»(anexo9) que, como se trata de um texto razoavelmente grande, proporcionou oportunidade a que a quase totalidade dos alunos o lesse, induzindo assim uma participação mais ativa na aula.

Considerando o facto de ser uma história interessante, foi com uma relativa facilidade que os alunos a interpretaram.

Como a temática da aula era o papel dos idosos na família, todos os alunos emitiram a sua opinião, tendo percebido corretamente a mensagem inserida no texto apresentado.

Dado o facto de ser a quinta e última aula, os alunos foram convidados a elaborar uma ficha de avaliação,(anexo10) que abarcava quase toda a matéria lecionada no conjunto das cinco aulas, tendo-se constatado que todos eles assimilaram os conteúdos das aulas anteriores, uma vez que resolveram a ficha com extrema facilidade.

- **Aspetos mais conseguidos**

1. Boa relação pedagógica;
2. Bom domínio dos conteúdos;
3. Boas estratégias utilizadas;
4. Bom aproveitamento pedagógico e científico das intervenções dos alunos;
5. Adaptação às situações imprevistas.

- **Aspetos menos conseguidos**

1. Aula um pouco menos silenciosa do que as anteriores.

Nesta sexta aula, que foi extraordinária, comecei por receber os alunos à porta da sala como habitualmente.

Numa fase seguinte, e como o tema era a fraternidade, inquiri os alunos sobre o significado da palavra e ao mesmo tempo foi elaborado um acróstico, tendo convidado todos os alunos a fazerem um no seu caderno diário, dando assim oportunidade a que todos pudessem participar.

Neste contexto, projetei um pequeno vídeo o qual foi seguido por todos com muita atenção, tendo seguidamente os alunos interpretado o mesmo e foram preenchendo o acróstico.

Numa fase seguinte, foi projetado outro vídeo para que não restassem dúvidas quanto ao significado do conceito «fraternidade».

Houve silêncio total e posteriormente após a exploração do vídeo surgiram novos sinónimos.

Antes de concluir, o acróstico foi completamente preenchido, tendo-se constatado que todos perceberam bem a aula, uma vez que a totalidade da turma esteve bastante atenta.

Como conclusão, poder-se-á referir que se sentiu um elevado envolvimento dos alunos na aula, e que, caso fosse possível o seu prolongamento, estes continuariam a segui-la com o mesmo entusiasmo o tempo que fosse necessário.

- **Aspetos mais conseguidos**

1. Boa relação pedagógica;
2. Boas estratégias utilizadas;
3. Alunos fortemente motivados;

4. Objetivos plenamente atingidos.

- **Aspetos menos conseguidos**

1. Poderia utilizar uma ficha de trabalho;
2. Apresentar um vídeo apenas;
3. Demasiada rigidez no que se refere ao comportamento dos alunos, esquecendo por vezes que se trata de crianças com 9 ou 10 anos.

Aula nº 1

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
<p>P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.</p>	<p>Reconhecer na estrutura social a existência de diferentes formas de família.</p> <p>Definir um conceito aproximado de “família”: conjunto de pessoas unidas por laços de parentesco...</p> <p>Consciencializar-se para os vários tipos de família.</p>	<p>O conceito de família e as suas diferentes estruturas sociais.</p> <p>Tipos de família (monoparental, biparental, numerosa, conjugal).</p>	<p>Sumário: Início da unidade letiva: "a família, Comunidade de amor". - O que é uma família? - Tipos de família.</p> <p>Em diálogo vertical e horizontal, os alunos são convidados a expressarem-se sobre diferentes famílias que conhecem na estrutura social onde se inserem.</p> <p>Através de projeções de fotografias que exprimem pessoas em diversas situações, os alunos expressam-se sobre a possibilidade de tais sujeitos serem ou não família. Através do diálogo, pretende-se chegar à noção de família: Família= pessoas unidas por laços de parentesco em que o afeto e as relações entre os seus membros tendem a ser estáveis (registo no caderno diário).</p> <p>Tendo ainda como exemplos as referidas fotos, pretende-se que os alunos identifiquem tipos de famílias aí representadas. Através do diálogo, chegar-se-á à conclusão de que as famílias podem ser: Grau de parentesco: agregado não conjugal, agregado conjugal simples, agregado familiar alargado e agregado familiar múltiplo; Número de elementos: Monoparental, biparental, numerosa, (registando no caderno diário).</p> <p>Conclusão da aula.</p>	<p>Quadro e Caderno diário;</p> <p>Pc/Projetor, Fotografias e Quadro;</p> <p>Quadro e Caderno diário;</p>	<p>10 min</p> <p>15 min</p> <p>20 min</p>	<p>Observação informal das atitudes e intervenções nomeadamente quanto ao comportamento, interesse e domínio da Língua Portuguesa; eventual correção educativa com correções e/ou reforços positivos.</p>

Aula nº 2

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
M- Reconhece a proposta do agir ético cristão em situações do quotidiano	Aplicar à história familiar do aluno a construção de uma árvore genealógica;	Árvore genealógica e o seu significado.	Chamada. Verificação do material Sumário: Construção de uma árvore genealógica e Conceito de Parentesco.	Folha A4 grupos	10 min	Observação informal das atitudes e intervenções fundamentadas, nomeadamente quanto ao comportamento, interesse e domínio da Língua Portuguesa; eventual correção educativa com correções e/ou reforços positivos.
	Identificar fatores de união familiar: laços e graus de parentesco;	Os fundamentos da construção da árvore genealógica e aplicação à história familiar do aluno;	Os alunos com a ajuda do professor, fazem uma retrospetiva da última aula.	Quadro e Caderno diário	15 min	
	Definir um conceito aproximado de parentesco.	Laços e graus de parentesco; O parentesco.	Em diálogo com os alunos sobre os fundamentos da existência e construção de uma árvore genealógica (pertença-por sangue, afinidade e adoção- e representação de uma família, sua origem e descendência) estes são convidados e com a ajuda do professor, a construir parte da sua árvore genealógica. Como exemplo, o professor construirá a correspondente à sua família. À medida que esta decorre e através do diálogo serão introduzidos os conceitos de laços de parentesco (o sangue, a afinidade e a adoção) e graus de parentesco (distância entre gerações-proximidade/afastamento).	Quadro e Caderno diário	10 min	
		Conceito e definição de geração e parentesco (sangue, afinidade e adoção).	Na continuação, e com a intervenção dos alunos pretende-se chegar a uma possível definição de Parentesco= relações entre pessoas de uma família. Unidas por laços de sangue (nascimento), afinidade (casamento) e adoção. Nota: Havendo disponibilidade de tempo será realizada a Ficha 25 do caderno do aluno Conclusão da aula.	Fotocópia da ficha do caderno do aluno	10 min	

Aula nº 3

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
<p>N-Reconhece a proposta de agir ético cristão em situações do quotidiano.</p>	<p>Identificar algumas funções da família: União dos esposos, transmissão dos filhos, educação dos filhos, proteção e bem-estar e socialização...</p> <p>Compreender a importância, o papel e as funções dos diversos membros da família.</p>	<p>As funções da família e os seus membros;</p> <p>A importância da família, dos seus constituintes e das suas diferentes funções;</p>	<p>Chamada. Verificação do material Sumário: As funções da família e dos seus membros.</p> <p>O professor coloca a questão "Para que serve a família?". Após ouvir algumas respostas, projeta-se o vídeo "Função socializadora da família" presente no cd do manual do professor. Através da análise do respetivo conteúdo e em diálogo vertical e transversal pretende-se que, através da resposta à questão formulada, os alunos identifiquem, além da mencionada no título do vídeo, outras Funções da família (a registar no caderno diário), Socialização (aprendizagem das relações: pais, irmãos, familiares, amigos, colegas, sociedade...), União dos esposos (casamento/união de fato), Transmissão da vida (procriação), Educação dos filhos (aprendizagem dos afetos e dos valores), Proteção e bem-estar dos filhos.</p> <p>Através do diálogo, reflete-se sobre a importância dos papéis e as funções (e tarefas) a desempenhar pelo aluno e pelos diferentes membros da sua família.</p> <p>Havendo disponibilidade de tempo, será realizada a ficha nº 33 do caderno do aluno.</p>	<p>CD do Manual do Professor;</p> <p>PC/Projetor;</p> <p>Quadro e Caderno diário;</p> <p>Caderno do aluno;</p>	<p>10min</p> <p>15min</p> <p>10min</p> <p>10min</p>	<p>Observação informal das atitudes e intervenções fundamentadas, nomeadamente quanto ao comportamento, interesse e domínio da Língua Portuguesa; eventua</p>

Aula nº 4

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação Formativa
Identificar o fundamento religioso da moral cristã.	Reconhecer as diferentes funções da família. Identificar o projeto de Deus para a família.	<p>O projeto de Deus para a família na mensagem bíblica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A família de Nazaré, testemunho de relação de amor entre os seus membros na fidelidade e confiança em Deus. - Viver os valores da bondade, da verdade e do perdão; - Dar prioridade à consciência do ser em relação à consciência do ter. 	<p>Sumário: A família de Jesus e o contexto social, económico e político do Seu tempo</p> <p>A aula inicia-se com a correcção da ficha realizada na aula anterior.</p> <p>Em diálogo com os alunos, pretende-se contextualizar geograficamente a Palestina. Na sequência projeta-se o vídeo presente no Cd do Manual do professor “A Palestina, terra onde nasceu Jesus”.</p> <p>Depois de se identificar alguns aspetos sociofamiliares da época, o professor distribui pelos alunos uma ficha de leitura relativa ao texto bíblico Lc 2,41-52 que será lida pelos mesmos em voz alta.</p> <p>Procedendo-se à sua análise crítica do texto e através do diálogo, pretende-se que os alunos identifiquem Valores associados à família de Nazaré: Preocupação, Acolhimento, União, Respeito, Diálogo, Obediência, Alegria, Partilha, ... (registo no caderno diário).</p> <p>Realização de uma ficha de trabalho de consolidação de conhecimentos.</p>	<p>Ficha de trabalho e caderno diário</p> <p>CD do manual do professor; PC/Projektor</p> <p>Ficha de leitura</p> <p>Quadro e caderno diário</p> <p>Ficha de trabalho</p>	<p>10min</p> <p>15min</p> <p>10min</p> <p>10min</p>	Observação informal das atitudes e intervenções fundamentadas, nomeadamente quanto ao comportamento, interesse e domínio da Língua Portuguesa; eventual correção educativa

Aula nº 5

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempos	Avaliação Formativa
N- Reconhece a proposta do agir ético cristão em situações do quotidiano	<p>Descobrir o papel dos idosos na comunidade familiar.</p> <p>Reconhecer que os idosos são os grandes portadores de sabedoria, cultura e valores.</p>	O papel preponderante do idoso na estrutura e no ambiente familiar	<p>Chamada. Verificação do material</p> <p>Sumário: O lugar dos mais velhos na família.</p> <p>O professor entrega um texto, “A Tijela de Madeira”.</p> <p>- Leitura do texto</p> <p>Em diálogo horizontal e vertical o professor interpreta com os alunos a mensagem da história.</p> <p>- Após a análise os alunos chegaram à conclusão do papel dos idosos na família.</p> <p>Posteriormente distribui uma ficha de trabalho fazendo assim uma avaliação da unidade letiva “A Família, comunidade de amor”.</p> <p>- Realização individual da ficha de trabalho.</p>	<p>Texto;</p> <p>Ficha de trabalho;</p>	<p>20min</p> <p>25min</p>	<p>Atenção à leitura.</p> <p>Atenção à análise.</p> <p>Observação informal das atitudes e intervenções fundamentadas, nomeadamente quanto ao comportamento, interesse e domínio da Língua Portuguesa; eventua</p> <p>Realização da ficha de trabalho e qualidade das respostas.</p>

Aula nº 6 (Extraordinária)

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempos	Avaliação Formativa
Q-Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano. Valorizar a comum filiação divina.	Todos somos irmãos. Todos somos dotados de razão e consciência.	Chamada. Verificação do material Sumário: O significado da palavra fraternidade e a seu alcance social. Depois de escrever o sumário no quadro, a professora questiona os alunos sobre o conceito de fraternidade. Posteriormente faz uma acróstico no quadro e diz aos alunos para o transcreverem para o caderno diário. Logo a seguir, mostra um vídeo denominado “vídeo emocionante de soltar as lágrimas”. Após visionamento do vídeo solicita a todos um resumo do que observaram e ao mesmo tempo pede para preencherem o acróstico. Supondo que os alunos não o completaram na totalidade, a professora passa um segundo vídeo denominado “amar o próximo como a si mesmo”, permitindo assim que os alunos completem o quadro.	Vídeo; Quadro; Caderno do aluno;	5min 10min 15min 15min	Observação informal das atitudes e intervenções fundamentadas, nomeadamente quanto ao comportamento, interesse e domínio da Língua Portuguesa;

7. Avaliação

Após terem sido apresentadas as planificações das aulas inseridas na Unidade Letiva “A família, comunidade de amor”, o meu objetivo centra-se neste momento na avaliação da qualidade da leccionação, através da análise dos conteúdos, estratégias e recursos utilizados, tendo em linha de conta a eficaz aprendizagem por parte dos alunos.

Na primeira aula após ter escrito o sumário no quadro a professora começa por estabelecer um diálogo com os alunos, procurando desta forma criar uma certa empatia.

De seguida, como o objetivo apontava para que os alunos se exprimissem sobre diferentes famílias que conheciam, a professora em diálogo horizontal e vertical procurou que os mesmos se expressassem à cerca deste assunto. O objetivo foi plenamente atingido, pois todos participaram e mostraram algum conhecimento sobre esta temática.

No momento seguinte, foram projetadas algumas imagens com o intuito de os alunos referirem quais de entre elas supostamente constituíam uma família. Todos sem exceção identificaram as fotos relativas ao objetivo pretendido. Posteriormente todos eles chegaram à definição de família embora tivessem a ajuda da professora.

No seguimento da aula, e ainda em diálogo com os alunos, estes classificaram as famílias quanto ao grau de parentesco e assimilaram sem qualquer dificuldade os conceitos que para eles constituíam uma novidade.

Depois de terminada a aula, considero que os alunos participaram ativamente na mesma, tendo-se constatado que todos eles se mostraram particularmente atentos.

As estratégias que usei ao longo da leccionação foram no meu entender bastante eficazes, considerando eu contudo que a aula foi um pouco expositiva, e talvez fosse mais interessante usar mais projeções, o que poderia motivar mais os alunos.

Na segunda aula, a professora para além da elaboração do sumário, começou por fazer uma retrospectiva da aula anterior, que serve naturalmente para que os alunos assimilem melhor os conteúdos já desenvolvidos, tendo ao mesmo tempo como objetivo dar seguimento de uma forma ordenada à temática da aula em questão.

Seguidamente, a professora quis introduzir o conceito de “árvore geneológica”, que para quase todos era uma novidade. Passando à fase seguinte, a docente vai fazendo no quadro a sua própria árvore, sempre em diálogo com os alunos, e procurando verificar se todos eles estavam a compreender bem o que se estava a explicar.

Ao mesmo tempo foram introduzidos novos conceitos como: laços de parentesco, graus de parentesco, adoção, etc. Os alunos compreenderam bem estes conceitos, uma vez que a professora ao elaborar a sua árvore ia apresentando os vários exemplos.

De seguida foi pedido aos alunos para desenharem a sua própria árvore, tendo para isso a professora distribuído uma folha de papel em branco. Foi notória a forma como todos os alunos elaboraram a sua árvore, tendo os mesmos se mostrado muito interessados questionando constantemente a professora.

Terminada a aula constatou-se não haver tempo disponível para verificar as árvores de todos os alunos, tendo-se revelado uma tarefa completamente impossível face às constantes solicitações de todos.

Face a tudo o que se passou nesta aula, será importante referir que a estratégia da árvore foi um completo sucesso, considerando eu no entanto que, se aos alunos lhes tivesse sido facultado um desenho da árvore pré-elaborado com vista ao seu integral preenchimento, provavelmente os mesmos não se teriam dispersado tanto.

A terceira aula iniciou-se com o registo do sumário no quadro, o qual foi transcrito para o caderno dos alunos. Seguidamente e como o objetivo da aula era passar o conteúdo sobre a função da família e dos seus membros, a professora começou por inquirir os alunos sobre esta questão.

Após ouvir algumas respostas, projetou um vídeo intitulado “a função socializadora da família” presente no manual do professor.

Através da análise do respetivo conteúdo, e em diálogo vertical e transversal, pretendia-se que através da resposta à questão formulada, os alunos identificassem, além da mencionada no título do vídeo, outras funções da família.

Todos participaram com respostas bastante pertinentes, e com a ajuda da professora, os conteúdos foram todos devidamente explorados.

Como houve disponibilidade de tempo foi entregue a todos uma ficha de trabalho, a qual foi imediatamente realizada pelos alunos.

Relativamente a esta aula, considero que as estratégias foram bastante eficientes e a mesma foi bastante diversificada.

Será de registar que os alunos nem sempre estão atentos e às vezes perturbam a aula. Considero este facto não muito relevante, pois ao meio dia, e ao fim de quatro horas de aulas, acusam naturalmente um pouco de cansaço.

A quarta aula iniciou-se com acolhimento dos alunos à porta da sala. Seguidamente a professora escreveu o sumário no quadro.

Numa fase seguinte, foi corrigida a ficha de trabalho da aula anterior. Como a temática da aula era “a família de Jesus e o contexto social, económico e político do seu tempo”, era importante contextualizar geograficamente a Palestina. Foi precisamente o que aconteceu.

Imediatamente a seguir, projetou-se um vídeo presente no CD do manual do professor intitulado “a Palestina terra onde nasceu Jesus”, ao qual os alunos assistiram com muita atenção e em silêncio.

No prosseguimento da aula, e em diálogo com os alunos, foi explorado o tema do vídeo. Todos sem exceção participaram, constatando-se um interesse generalizado.

A professora, dando seguimento à aula, distribui a todos uma ficha de leitura relativa ao texto bíblico Lc. 2,41-52, com o objetivo de ser lido e analisado por todos os alunos o que foi plenamente atingido, pois todos pretenderam ler e participar.

O objetivo do texto era fazer uma análise crítica do mesmo, e, em diálogo permanente, pretendia-se que os alunos identificassem valores associados à família de Nazaré.

Antes de terminar, e, com a intenção de consolidar melhor os conhecimentos, a professora entregou uma ficha de trabalho para que cada um a elaborasse individualmente.

Como conclusão, considero que todas as estratégias usadas foram bem sucedidas, o que se traduziu numa aula extremamente diversificada, uma vez que os alunos se mostraram muitíssimo interessados.

A quinta aula, começou com o acolhimento dos alunos à porta da sala, tendo de seguida sido escrito o sumário no quadro, para que todos o registassem no caderno diário.

Como a temática da aula visava o papel dos idosos na comunidade familiar, achei pertinente fornecer aos alunos uma ficha de leitura intitulada «a tigela de madeira», relacionada com o tema, para que alguns pudessem ler e deste modo participar na aula. Todos se mostraram muito participativos, solicitando constantes pedidos de intervenção no sentido de quererem colaborar na leitura.

Após a leitura do texto, e, em diálogo horizontal e vertical, fez-se uma análise do mesmo tendo sido fácil constatar que todos perceberam a mensagem que com a leitura se pretendia transmitir.

Notou-se alguma agitação na sala de aula, pois todos queriam participar na discussão e mostrar tudo o que sabiam. É importante referir que, esta turma, para além de ser razoavelmente bem comportada, é muito interventiva.

Posto isto, e como se tratava da última aula entreguei a todos uma ficha de trabalho englobando quase todas as temáticas lecionadas. Toda a turma se envolveu positivamente nesta atividade, procurando responder a todas as questões.

Após a realização do trabalho pelos alunos, procurei corrigir oralmente as questões, para que não subsistissem quaisquer dúvidas. Constatei que os conteúdos das aulas anteriores foram bem assimilados, pois as respostas dos mesmos permitiram esta minha avaliação.

Depois da aula terminada, faço uma avaliação positiva da mesma, pois os alunos mostraram um extraordinário interesse tendo sido notória a participação de todos durante a mesma. No entanto, notou-se alguma agitação na medida em que todos queriam participar.

CONCLUSÃO

Considerando estarmos no termo de um longo percurso de aprendizagem nos domínios teológico, didático e pedagógico, seria pertinente elaborar uma espécie de balanço final abarcando não só a Prática de Ensino Supervisionado como a vertente curricular do Mestrado em Ciências Religiosas.

No que se refere à Prática do Ensino Supervisionado mesmo tendo em atenção que apesar de já ter lecionado alguns anos, considero que inegavelmente adquiri novas competências conferindo-me assim um substancial acréscimo de preparação face às exigências do ensino de Educação Moral e Religiosa Católica.

Para além disso, e com o valiosíssimo apoio das Professoras orientadoras, esta prática proporcionou-me uma substancial melhoria na lecionação nomeadamente à elaboração de estratégias, à definição de metodologias didático- pedagógicas e afetação de recursos, em ordem a um claro enriquecimento do processo ensino –aprendizagem.

Um aspeto importantíssimo que obviamente não poderia ser esquecido, é o que se refere à realização pessoal e profissional. Com efeito, a concretização deste projeto e a conclusão deste percurso, induzem necessariamente num fortíssimo acréscimo de auto-estima e auto-confiança, absolutamente essenciais ao cabal desempenho das nobres funções de professora, com particular destaque para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Finalmente, no que se refere à vertente curricular do Mestrado, gostaria de salientar a importância das cadeiras de Antropologia Teológica e Questões Éticas e Sociais Contemporâneas, únicas que frequentei dado ter equivalência a todas as outras que me permitiram a assimilação de novos conhecimentos e enriquecimento de conceitos teológicos e científicos.

Bibliografia

Bíblia Sagrada, Ed. Difusora Bíblica, Lisboa, 2002

Magistério da Igreja

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Educação Cristã*, Formação Sacerdotal, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, 1965.

PIO XI, *Carta Enciclica Ad Catholic Sacerdotii*, 1935: AAS 28 (1936)

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Lumen Gentium*, nº11, in VATICANO II, Constituições- Decretos-Declarações, Sinopse, Secretariado Nacional do Apostolado da Imprensa, Porto, 1968, 375

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium Spes*, A resposta da igreja aos problemas políticos e sociais de hoje, Editorial Promoção, Porto, 1974, 478-479

JOÃO PAULO II *Exortação Apostólica, Familiaris Consortio*, A Família Cristã, Editorial A. O., Braga, 1981.

JOÃO PAULO II, *Carta às Famílias*, Secretariado Geral do Episcopado, Editora Rei dos Livros, 1994.

PIUS XI, *Litt. Encycl Divini Illius Magistri*, 1c, p76 ;

PIUS XII *Allcutio, Associationem Magistrorum Catholicorum Bavariae*, 31 dec 1956 ; *Discorsi e Radiomessaggi XVIII*, p.

AZEVEDO, Joaquim, *Avenidas da Liberdade – Reflexões sobre Política Educativa*. Asa, Porto, 1994.

- BARROSO, João, *Autonomia e Gestão das Escolas*. Ministério da Educação, Lisboa, 1995¹.
- BRANCO, Luisa, *A Escola, comunidade educativa e a formação dos novos cidadãos*. Horizontes Pedagógicos, Lisboa, 2007.
- DAVIES, Dan, *As escolas e as famílias em Portugal / Realidade e Perspectiva*. Horizonte, Porto, 1989.
- DIAS, Américo, *O papel do director de turma como coordenador do plano de recuperação do aluno, Avaliação sumativa extraordinária*, cadernos correio pedagógico.
- FORMOSINHO, João, *A Direcção das Escolas Portuguesas – Da democracia Representativa Centralizada à Democracia Representativa Descentralizada* (policopiado). Universidade do Minho, Braga, 1989.
- FORMOSINHO, João, *De Serviço Local de Estado a Comunidade Educativa: uma nova concepção para a escola portuguesa*, in *Revista da Educação*, 2 (1) (policopiado). Universidade do Minho, Braga, 1989.
- LIMA, Licínio, *Gestão das Escolas Secundárias*, Horizonte, Lisboa, 1988.
- LIMA, Licínio, PATEMAN, *Conceitos de Participação: as formas e a capacidade de influenciar a decisão*, in *Revista Noesis* n° 42 IIE, Ministério da Educação, Lisboa, 1994.
- MARQUES, Ramiro. *A Escola e os Pais: Como colaborar?*, Texto Editora, Lisboa. 1998.
- MARQUES, Ramiro. *A Direcção de Turma- Integração Escolar e Ligação ao Meio*, 3° edição, Texto Editora, Lisboa. 1994.

MATOS, António. *Escolas, Pais e Comunidade, Construção de Comunidades de Interesses, Projetos finais elaborados no âmbito do curso de estudos superiores especializados em Administração Escolar*, Politema, 1994.

NUNES, Tomás, *Colaboração Escola/Família - para uma escola culturalmente heterogénea*, Lisboa, 2004.

SARMENTO, CATARINA, *O Direito Administrativo da Escola*, Porto Editora, Coleção Educação, Porto, 2007.

VEIGA, Manuel, Alte. *Filosofia da Educação e Aporias da Religião- A Problemática do Ensino Religioso*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988.

VILLAS BOAS, Adelina. *A Parceria entre a Escola, a Família e a Comunidade*, Prodep, 2000.

SECRETARIADO DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *igreja educação escola, educar na Fé hoje*, Edição do Secretariado da Educação Cristã, Lisboa, 1981.

THURIAN, Max, *A Família Cristã*, Edições Paulinas, Lisboa, 1981

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Lisboa, 2007.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *a Educação Moral e Religiosa Católica, Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa. 2006.

Legislação Consultada

Despacho nº 17169/2011 de 23 de Dezembro de 2011 in Diário da República, 2º Série.
Nº 245

Decreto Lei nº6/2011 de 18 de Janeiro de 2011 in Diário da República, 1º série –A-nº 15

Constituição da República Portuguesa Artº 36º

Declaração Universal dos Direitos do Homem Artº 26

Declaração Universal dos Direitos da Criança

Decreto Lei nº 75/2008 de 22.04- Artº.s 3º, 4º, 47º, 48º e 60º

Lei de Bases do Sistema Educativo Lei nº 46/ 86 de 14.10- Artº 43º

Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário Lei nº30/2002 de 20.12- Artº 4º e 51º

Anexos

Anexo 1





E EXPRESSAMENTE PROIBIDA A CÓPIA DESTA IMAGEM
SOB PENALIDADE DA LEI FEDERAL DE DIREITOS AUTORAIS.







Anexo 2



Nós e o Mundo

Educação Moral e Religiosa Católica

6.º ano



SOLUÇÕES CADERNO DO ALUNO

✓ Para te ajudar a desenvolver competências

✓ 56 fichas de atividades



Apoio na internet www.emrcdigital.com

3. Que contributo poderás dar para colaborares mais activamente na vida familiar?





4. Jesus viveu em família com Maria e José. Nas seguintes afirmações, vais assinalar com F (Falso) e com V (Verdadeiro):

A – Jesus viveu em obediência e respeito aos seus pais.

B – Jesus viveu até aos 18 anos com seus pais.

C – Jesus só ajudava e colaborava quando lhe apetecia.

D – Jesus crescia em sabedoria e idade agradando a Deus e aos homens.

Bom Trabalho

Então lágrimas começaram a escorrer de seus olhos. Embora ninguém tivesse falado nada, ambos sabiam o que precisava ser feito.

Naquela noite, o pai tomou o avô pelas mãos e gentilmente conduziu-o à mesa da família. Dali para frente e até o final de seus dias ele comeu todas as refeições com a família. E, por alguma razão, o marido e a esposa não se importavam mais quando um garfo caía, leite era derramado ou a toalha da mesa sujava.

(Autor desconhecido)

